



Município de Chopinzin

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

PROCESSO Nº 232/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 53/2019

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVISÃO DO VEÍCULO AIRCROSS 1.6 START - CITROEN - PLACA PBL-2240

RECURSOS:

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

08.02.082440018.2.051.3.3.90.39 (873) FONTE: 934

- OK







Memorando 3.211/2019

Assunto: Solicitação de revisão AIR CROSS

Via 1/2

Chopinzinho/PR, 11 de Outubro de 2019 às 09:49

De:

SMAS-CLIFA - Compras, Licitação, Infraestrutura, Frequência e Almoxarifado da Assistência Social

Mª Karoline Borges Dalfovo - Auxiliar Administrativo

Para:

GAB - Gabinete do Prefeito

Esta documentação faz parte do Memorando 3.211/2019

O documento eletrônico contém assinatura digital ICP-Brasil





Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Rt 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

DECRETO Nº 001/2019, DE 03 DE JANEIRO DE 2019

Nomeia a Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 63, inciso X da Lei Orgânica:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados a Sra. Josiane Moschen, CPF nº 010.576.599-67, RG nº 9.873.409-0-SSP/PR, como Presidente, o Sr Roberto Alencar Przendziuk, CPF nº 546.462.519-49 e RG nº 5.253.580-8 – SSP/PR e o Sr. João de Souza Bueno, CPF nº 553.918.509-91, RG nº 3.538.053-1 – SSP/PR, como membros, para comporem a Comissão Permanente de Licitações, com o objetivo de receber, examinar, montar processo licitatório, fazer vistoria, análise e julgamento de propostas apresentadas por empresas participantes de Licitações instauradas pelo Município de Chopinzinho e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes, para o exercício de 2019.

Art. 2º - A investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitações não excederá a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente, de acordo como §4º do art. 51, da Lei nº 8.666/1993.

Art. 3° - Este Decreto entrará em vigor em 01 de janeiro de 2019, ficando revogado o Decreto nº 001/2018, de 04 de janeiro de 2018 e o Decreto nº 471/2018, de 25 de outubro de 2018 e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR. 03 DE JANEIRO DE 2019.

Álvaro Dênis Ceni Scolaro

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná DIOEMS

EDIÇÃO Nº 1/166 de 07 /2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

SOLICITAÇÃO

Senhor Prefeito:

A Secretaria Municipal de Assistência Social vem através deste solicitar a contratação de empresa especializada para prestação de serviços do tipo revisão do veículo AIR CROSS, placa PBL 2240.

A responsabilidade técnica pelo acompanhamento e fiscalização fica a cargo da Secretaria Municipal de Assistencia Social.

Nestes termos pede deferimento.

Chopinzinho, 11 de outubro de 2019.

GISLAINE TANIA GALEAZZI

Secretária Municipal de Assistência Social Decreto 340/2017 de 21/09/2017

> Gislaine Tania Galeazzi Secretària Municipal de Assistència Social Decreto 340/2017 de 21/09/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIĂL



E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

1.1. O presente processo tem por objeto a contratação de empresa especializada em manutenção e revisão de veículos, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:

ltem	Qtd	Uni	Descriminação do produto	V. Unit.	V. Total
			Revisão de veículo AIRCROSS 1.6 START - CITROEN 10.000 KM	R\$264,51	R\$264,51
01	01	UNID	Junta de tampa de cárter	R\$2,64	R\$2,64
			Filtro óleo	R\$27,90	R\$27,90
			Óleo litro	R\$140,00	R\$140,00
			TOTAL R\$	R\$	435,00

JUSTIFICATIVA

O presente documento consubstancia-se na necessidade da realização de serviços de revisão no veículo AIRCROSS 1.6 START - CITROEN, placa PBL-2240 de propriedade da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Conforme o que consta no manual de manutenção e garantia do referido veículo, o cliente terá direito, gratuitamente, a garantia de manutenção durante o período de 36 (trinta e seis) meses a partir da data de entrega registrada no manual de garantia.

Entretanto a revisão não tem gratuidade, sendo necessário processo licitatório para o mesmo, assim para que não se perca a garantia da mesma no período de 36 (trinta e seis) meses a partir da data de entrega registrada no manual de garantia do automóvel ou por até 10.000 km (dez mil quilômetros); o que ocorrer primeiro, a serviços exclusivos que irão garantir tranquilidade em todo o território nacional, deve ser feito a revisão conforme solicitado no plano de manutenção e revisão do veículo.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

Justifico ainda, a limitação da contratação em relação à demais concessionárias, haja vista que a manutenção deve ser feita em rede CITROEN AUTORIZADA.

Considerando que para emissão de orçamento a respeito da revisão do referido veículo, temos que levar o mesmo até cada concessionária autorizada, gerando gastos com combustível e diária de motorista, juntamos ao pedido orçamento de duas outras mecânicas oriundos do nosso município; que não são autorizadas pela rede CITROEN, mas que puderam analisar o veículo e confirmar quais as carências do mesmo bem como justificar o valor dos serviços.

Portanto com intento de garantir maior segurança do público usuário e de garantir a preservação do patrimônio da administração pública solicitamos a procedência do pedido, devendo a contratação observar a dotação orçamentária disponível e a modalidade licitatória em que melhor se enquadrar.

DA MODALIDADE

3.1. Faz-se necessária a contratação de empresa para a revisão de veículo AIRCROSS - CITROEN, observando o menor preço global, sugere-se a modalidade dispensa de licitação por se tratar de contratação de pequeno valor.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

4.1. O prazo de execução será de 30 (trinta) dias e a vigência do contrato será de 90 (noventa) dias.

DO VALOR

5.1. Informa-se que a consulta de preços referente ao objeto do presente termo foi realizada pela servidora Zeli Teresinha Soares De Freitas, inscrita no CPF nº 603.268.599-34.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

O PAGAMENTO

6.1. O Pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após emissão de nota fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante depósito bancário em nome do proponente.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 O recurso a ser utilizado para custear a revisão do veículo será a fonte 934 Proteção Social Básica conta 23014-6.

DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Conforme dispõe o artigo 67 da Lei n° 8.666/93:

A execução do contrato deverá ser acompanhada e **fiscalizada** por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

- 8.2. Destarte, terá como gestora a Sra. Gislaine Tania Galeazzi, CPF 054.423.469-22 Chefe do Departamento de Assistência Social;
- 8.3. Atuará como fiscal do contrato a Sra. Marcia Rejane Niendicker, CPF
 813.289.159-72, Auxiliar Administrativo;
 - 8.4. Como substituto da fiscal o Sr. Jorcelio Farias, CPF 828.740.269-72.

Chopinzinho, 29 de outubro de 2019.

Gislaine Tania Galeazzi
Secretaria Municipal de Assistância, Social
Decreto 340/2017 de 21/09/2017

GISLAINE TANIA GÂLEAZZI
Secretária Municipal de Assistência Social

Decreto 340/2017 de 21/09/2017

Orçamento 0065407





GAMBATTO C1 VEICULOS LTDA - MONT BLANC CITROEN

Data de Abertura: 17/09/19

08:5

RUA SICILIA 73-D

CENTRO CHAPECÓ SC 89805020

TELEFONE:

FAX: (0xx49) 3321 9090

07.297.646/0001-21

A MUNICIPIO DE CHOPINZINHO (0140272) 76.995.414/0001-60

Fone: (49) 32422848

Rua Quatorze de Dezembro, 3811 CASA - Centro

CEP 85.560-000

CHOPINZINHO - PR

Veiculo: 0121351

Placa: PBL-2240/PR

Chassi:935SUNFN1KB502861

Fab./Mod.: 1819

Modelo: AIRSTAR - AIRCROSS 1.6 START

Cor: BRANCA

Km: 0

Renavam:

Data Venda: 18/07/2018 O.S. Tipo: V1 - SERVIÇO CLIENTE

Seguradora:

Produtos	NCM	Descrição	ABC	GL	Qtde	VI. Unit.	VI. IPI	VI. ICMS Ret	VI. Desc.	Desc.(%)	VI. Total
29	40169300	016488 JUNTA DE TAMPA DE CARTER CILINDRO	В3	?	1,00	2,59	,00	.00.	.00	.00	2,59
49469	84219999	9818914980 FILTRO OLEO	A2	7	1,00	27,90	.00	.00	.00	.00	27.90
51495	27101932	OLEO 0W30 LITRO	B?	?	4.00	35,00	.00	.00	.00	.00	140,00
			7	otal de	Produtos:	170,49	0,00	0,00	0,00		170,49
Serviços		Descrição	ABC	GL	Hora(s)	VI.Unit/Hrs	VI. IPI	VI. ICMS Ret	VI. Desc.	Desc.(%)	VI. Total
SR01		REVISAO DE 10 000 KM			1.84	144.00	,00	.00	.00	.00	264,51
			añ.	Total d	e Serviços:	144,00					264,51

Total do Orçamento:

435,00

EXECUTAR SERVICO CONFORME ORCAMENTO

Validade da Proposta:

17/10/2019

Prazo de Entrega:

30 Dias

Condição de Pagamento:

30 - 60 DIAS

Observação:

Orçamento 0065407





GAMBATTO C1 VEICULOS LTDA - MONT BLANC CITROEN

Data de Abertura: 17/09/19

08:5

RUA SICÍLIA 73-D

CENTRO CHAPECÓ SC 89805020

TELEFONE: FAX: (0xx49) 3321 9090

07.297.646/0001-21

A MUNICIPIO DE CHOPINZINHO (0140272) 76.995.414/0001-60

Fone: (49) 32422848

Rua Quatorze de Dezembro, 3811 CASA - Centro

CEP 85.560-000

CHOPINZINHO - PR

Veículo: 0121351

Placa: PBL-2240/PR

Chassi:935SUNFN1KB502861

Fab./Mod.: 1819

Modelo: AIRSTAR - AIRCROSS 1.6 START

Cor: BRANCA

Km: 0

Data Venda: 18/07/2018 O.S. Tipo: V1 - SERVIÇO CLIENTE

Renavam:

Seguradora:

Produtos	NCM	Descrição	AB	C GL	Qtde	VI. Unit.	VI. IPI	VI. ICMS Ret	VI. Desc.	Desc.(%)	VI. Total
200	40169300	016488 JUNTA DE TAMPA DE CARTER CILINDRO	В3	?	1,00	2,59	,00	,00	,00,	,00,	2,59
49469	84219999	9818914980 FILTRO OLEO	A2	?	1,00	27,90	,00	.00,	,00	,00	27,90
51495	27101932	OLEO 0W30 LITRO	В?	?	4,00	35,00	,00	.00	,00	.00	140,00
				Total de	Produtos:	170,49	0,00	0,00	0,00		170,49
Serviços		Descrição	AB	C GL	Hora(s)	VI.Unit/Hrs	VI. IPI	VI. ICMS Ret	VI. Desc.	Desc.(%)	VI. Total
SR01		REVISAO DE 10.000 KM			1,84	144,00	,00	,00	,00	,00,	264,51
				Total d	e Serviços:	144,00					264,51

Total do Orçamento :

435,00

EXECUTAR SERVICO CONFORME ORCAMENTO

Validade da Proposta:

17/10/2019

Prazo de Entrega:

30 Dias

Condição de Pagamento:

30 - 60 DIAS

Observação:

• 4 👡 .

EUGECAR AUTOMOVIES

AV AV DE NOVEMBRO, 4640

CNPJ: . . / -

PAGINA....: 001

CHOPINZINHO

PR 85560000 FONE: (46)32421352

DATA: 03/10/2019

ORCAMENTO 00017732

Cliente.....: 0000941 PREFEITURA MUNICIPAL CHOPINZINHO

CNPJ/CPF..... 76995414/0001-60

Inscricao Estadual: ISENTO

Endereco.....: RUA MIGUEL PROCOPIO DU, 3886

Fone: (46)32428600

Concultors

Prazo de Validade: 03/10/2019

Veiculo.: 001228 - AIRCROSS 1.6 STAR

KM : 0

Cor....: 0009 - BRANCA

Frota : ASSIST

Placa...: PBL-2240

Chassi: 935SUNFN1KB5028961

PRODUTOS

Un Localiza Qtdade Unitar. Desc% Total

Wo 6835

 RYCA1 ARRUELA VED ALUMINIO 16X22X1.5MM
 PC 1
 1,000
 2,75
 0,00%
 2,75

 WEGA FILTRO OLEO MOTOR FORD TRANSIT 2.4 TDCI
 PC G
 1,000
 28,25
 0,00%
 28,25

 HYUND OLEO SN5W30 100% SINTETICO HYUNDAI XTEER
 LT OFC
 4,000
 37,50
 0,00%
 150,00

Total de Produtos....:

181,00

Codigo Descricao dos servicos Qtdade Unit. Descit Total
000013 M.O REVISAO DE 10.000 KMS 1,00 265,00 0,00% 265,00

Total de Servicos....:

265,00

Total Geral....:

446,00

Obs : Autorizo a execução dos servicos e produtos acima orcados.

hoppen a woode

Responsavel Orcamento

Cliente

07.791.980/0001-37

WLADEMIR ALBERTO WASZCZUK & CIA LTDA

Av. XV de Novembro, 4640 - Centro 85.560-000 Chopinzinho - PR m

VEICULO AIRCROSS PLACA PBL-2240

DEPTO ASSIST SOCIAL

QTD	PRODUTOS/SERVIÇOS	VLR UNIT	VALO	OR TOTAL
1	ARRUELA CARTER	R\$ 3,00	R\$	3,00
1	FILTRO OLEO MOTOR	R\$ 29,00	R\$	29,00
4	OLEO MOTOR	R\$ 38,00	R\$	152,00
	TOTAL PRODUTOS		RS	184,00
1	M.O REVISAO	R\$ 270,00	R\$	270,00
	TOTAL SERVIÇOS		RS	270,00
	TOTAL PRODUTOS/SERVIÇOS		R\$	454,00

Araldi Comércio de Peças para Velculos Ltda - ME

> Araldi Comércio de Peças para Velculos Ltda - ME CNPJ 27.707605/0001-73

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

CORRESPONDÊNCIA INTERNA

DATA:	2.1	1	10	1	19	
DAIA.	\sim 1			'	20	

ORIGEM: Gabinete do Prefeito

DESTINO: Divisão de Licitações / Comissão Permanente de Licitações

REFERÊNCIA: Autorização para solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Recebido a solicitação para contratação de empresa especializada em prestação de servicos tipo revisão, protocolada pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Sob nº 3, 211 /2019, autorizo a abertura de Procedimento.

Alvaro Dênis Ceni Scolaro Prefeito



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

CORRESPONDÊNCIA INTERNA - PARECER

DATA: 29/10/2019

ORIGEM: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

DESTINO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / DIVISÃO DE LICITAÇÕES E

CONTRATOS

REFERÊNCIA: PARECER REFERENTE SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVISÃO DO VEÍCULO AIRCROSS 1.6 START - CITROEN - PLACA PBL-2240

Em atenção ao despacho do Senhor Prefeito referente à autorização para início de Procedimento Licitatório para contratação de empresa para revisão do Veículo Aircross 1.6 Start -Critoen - Placa PBL-2240, constante no Termo de Referência, temos a informar:

De posse da documentação apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, entendemos ser perfeitamente viável a referida contratação e somos de parecer favorável que mesma seja realizada via Modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Atenciosamente,

Josiane Moschen

Presidente da Comissão Permanente de Licitações



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ CNPJ: 76.995.414/0001

Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 CHOPINZINHO PARANÁ

85.560-000

DATA: 21/10/2019

ORIGEM: SECRETARIA DE FINANÇAS

DESTINO: SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL / COMISSÃO PERMANENTE DE

LICITAÇÕES

REFERÊNCIA: DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO DE

SERVIÇOS MECANICOS DO VEICULO AIRCROSS.

VALOR: R\$ 435,00

Em atenção à solicitação formulada por Vossa Excelência, informamos as dotações orçamentárias constantes nas seguintes leis orçamentárias Lei nº 3.748/2018 - LOA, Lei n° 3.676/2017 - PPA (2018-2021).

> SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 08.02.082440018.2.051.3.3.90.39 (873) F: 934

Atenciosamente.

RODRIGO JAZYNSKI Contabilidade

LUCIANI MONTEIRO CENCI Finanças

mi

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma do direito, as partes abaixoqualificadas:

PEUGEOT CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA, sociedade com sede na Rua Mariz e Barros, 678, 5° e 7° andares, Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 67.405.936/0001-73, e filial na Av. Imperatriz Leopoldina, 184, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.405.936/0010-64, neste ato representada em conformidade com seus Estatutos, doravante denominada "CONCEDENTE".

GAMBATTO C1 VEICULOS LTDA. sociedade com sede na Rua Fernando Machado. nº 3341-D. Bairro Bela Vista, na cidade de Chapecó. Estado de Santa Catarina, CEP 89804-000, Inscrito no C.N.P.J/MF n° 07.297.646/0001-21, e Inscrição Estadual n° 254.948.146, neste ato representada na forma de seu Contrato Social pelo Sr. João Carlos Gambatto, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 561.436 expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 065.511.499-87. residente e domiciliado na Rua La Salle, nº 1.992, Apto. 102, na cidade de São Miguel D'Oeste e Estado de Santa Catarina, CEP 89.900-000 e Gambatto Motos Ltda. pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Fernando Machado, nº 2.535-D. Bairro São Cristóvão, na Cidade de Chapecó e Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF n° 01.354.250/0001-92, representada por seu administrador, Sr. Izair José Gambatto, brasileiro, natural de Arvorezinha, RS, divorciado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Lauro Muller, nº 435-D, na Cidade de Chapecó e Estado de Santa Catarina, CEP 89.800-000, portador da cédula de identidade RG nº 505.781-7, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF/MF sob o nº 021.565.479-04, doravante denominada "CONCESSIONÁRIO".



 Considerando que a CONCEDENTE está encarregada diretamente da fabricação, importação e distribuição, no Brasil, de veículos automotores da marca CITROËN e de seus componentes sobressalentes;

- Considerando que a CONCEDENTE concorda em confiar a distribuição de veículos da marca CITROEN e suas peças sobressalentes à Concessionária, nos termos do presente instrumento;
- Considerando que ambas as partes concordam em cooperar mutuamente, com base na confiança reciproca, de modo a cumprir com sucesso o objetivo do contrato;

As partes ajustam e acordam o quanto segue:

CLÁUSULA 1 - DEFINIÇÕES

No âmbito do presente Contrato os termos abaixo terão os seguintes significado :

"Banco PSA": significa a instituição financeira de direito brasileiro com sede social na Rua Miguel Yunes, 351, Prédio 1, Interlagos, São Paulo - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.502.961/0001-92, sociedade controlada pelo Banque PSA Finance Holding, sociedade de direito francês pertencente ao Grupo PSA.

"Concedente": significa a PEUGEOT CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.

"Convenção das Categorias Econômicas: significa a Convenção celebrada em 16 de dezembro de 1983, nos termos do artigo 17 da Lei FERRARI entre, de um lado, os produtores de veículos automotivos implantados no Brasil e, do outro lado, as diferentes associações de distribuidores de veículos automotivos do Brasil.





"Convenção de Marca" : significa o conjunto das regras que regem a comercialização dos Veículos e Peças, regras estas convencionadas entre o Concedente e a totalidade dos concessionários da marca CITROËN, reunida através da Associação Brasileira dos Concessionários Citroën (ABRACIT).

"Grupo PSA": significa a sociedade PEUGEOT S.A., sociedade anônima regida pelas leis francesas, com sede social no nº 75, Avenue de la Grande Armée, 75116 Paris, inscrita no Registro do Comércio e das Sociedades de Paris sob o número B 552 110 554, e todas as sociedades ou estruturas jurídicas existentes ou futuras, controladas direta ou indiretamente por esta sociedade.

"<u>Veiculos</u>": significam os veiculos novos da marca CITROÉN, importados para o Brasil ou fabricados no Brasil, fornecidos ao Concessionário pelo Concedente e/ou por um terceiro qualquer indicado por esta última.

"Peças": significam as peças de reposição, os produtos e os acessórios que serão fornecidos pelo Concedente ao Concessionário.

"Produtos Contratuais": significam os veículos novos, cuja categoria está definida na Convenção de Marca, e as Peças.

"<u>Território Exclusivo</u>" : significa um território no interior do qual o Concessionário exercerá, à título exclusivo, sua atividade comercial. Este território está definido no Anexo 1.

"<u>Terri</u> Brasil

"Território Livre" : significa a totalidade do território da República Federativa do Brasil, com exceção das Zonas Operacionais de Atividade concedidas pelo Concedente, no âmbito de um Contrato de Concessão.

"Zona Operacional de Atividade": significa a zona dentro da qual o Concessionário será autorizado a exercer suas atividades.





CLÁUSULA 2 - OBJETO

ni

2.1 Durante a vigência do presente Contrato e nas condições e modalidades definidas abaixo:

O CONCEDENTE concede ao CONCESSIONÁRIO:

- a) o direito de revender, aos clientes finais, os Produtos Contratuais;
- b) o direito ao uso gratuito da marca CITROËN, nas condições estipuladas na cláusula 4.ª; e,
- c) o direito de assumir a comercialização dos serviços e das prestações vinculadas à venda dos Produtos Contratuais.

O CONCESSIONÁRIO em contrapartida :

- a) se obriga a não exercer qualquer atividade concorrente ou que seja prejudicial à atividade estipulada no presente Contrato, ressalvandose as disposições da cláusula 4.7;
- se obriga, principalmente para atingir os objetivos mencionados na cláusula 6.ª, a envidar seus melhores esforços para concretizar o maior número de vendas possível de Produtos Contratuais;
- se obriga a fornecer todos os serviços úteis ou necessários ao uso dos Produtos Contratuais, especialmente a garantia, o serviço gratuito à clientela e o serviço decorrente de eventuais recalls e
- d) se obriga a não fazer tudo aquilo que possa prejudicar a reputação ou a imagem do Concedente, da CITROËN DO BRASIL, de suas coligadas ou grupo onde estas estão inseridas e/ou a reputação de uma de suas respectivas marcas, obrigando-se ainda e





principalmente, a garantir aos clientes o fornecimento permanente de serviços, com a qualidade definida pelo CONCEDENTE.

mi

2.3 O CONCESSIONÁRIO atua em seu próprio nome, não devendo, para todos os efeitos, ser considerado mandatário do CONCEDENTE, de suas coligadas ou grupo onde estas estão inseridas.

CLÁUSULA 3 - INTERRUPÇÃO, DESCONTINUIDADE E CANCELAMENTO DE FABRICAÇÃO

- 3.1. Mediante aviso formal de, no mínimo 30 (trinta) dias, reserva-se o Concedente ao direito de, a qualquer tempo, interromper, descontinuar ou cancelar, por prazo indeterminado, a fabricação de qualquer de seus produtos ou modelos.
- 3.2. Nos casos supra, o Concedente envidara esforços para atender os pedidos do Concessionário então pendentes, observados os parágrafos segundo e terceiro do art. 9.ºa da Lei Ferrari.
- 3.3. Mediante aviso prévio, reserva-se o Concedente, a qualquer tempo, relativamente a qualquer de seus produtos, o direito de modificar os projetos originais ou vigentes, bem como os seus desenhos, estilos e características em geral.
- 3.4. Neste caso, poderá o CONCEDENTE recomprar do CONCESSIONÁRIO os produtos em estoque que houver sido modificados. A recompra de que trata este item somente se efetuará se os produtos em estoque estiverem, a critério do CONCEDENTE, em perfeito estado.

CLÁUSULA 4 - TERRITÓRIO - EXCLUSIVIDADE - COMERCIALIZAÇÃO

4.1. O CONCESSIONÁRIO goza, dentro do Território Exclusivo definido no Anexo 1, do direito exclusivo de implantação e de comercialização. Em contrapartida, o CONCESSIONÁRIO deverá exercer sua atividade exclusivamente no Território Exclusivo. Consequentemente, o CONCESSIONÁRIO se compromete a não implantar



ou explorar, fora do Território Exclusivo, direta ou indiretamente, um ou mais estabelecimentos de venda e/ou pós-venda, relacionados com os Produtos Contratuais, sob qualquer forma e meio, ainda que a título temporário.

hi

- 4.2. O CONCESSIONÁRIO goza, dentro da Zona Operacional de Atividade definida no Anexo 1, do direito, não exclusivo, de venda dos Produtos Contratuais e do direito de veicular publicidade. Fica expressamente estabelecido entre as Partes, que o Concessionário não goza do direito de abrir um outro estabelecimento nesta referida zona, e que o CONCEDENTE poderá nomear um novo CONCESSIONÁRIO na zona implicada, se as condições de mercado assim o justificarem.
- 4.3. No entanto, fica estabelecido que na hipótese de uma zona não constituir Zona Operacional de Atividade concedida a um CONCESSIONÁRIO para a distribuição de veículos da marca CITROËN (Território Livre), o CONCESSIONÁRIO poderá, enquanto o CONCEDENTE não tiver celebrado com um terceiro um contrato de concessão que abranja uma parte do Território Livre, e enquanto o CONCEDENTE não tiver disto informado o CONCESSIONÁRIO, exercer no Território Livre, sem exclusividade, os direitos outorgados pelo presente Contrato.
- 4.4. Fica estabelecido entre as Partes que o CONCESSIONÁRIO não poderá, em caso algum, exercer os direitos concedidos no âmbito do presente Contrato fora do território da República Federativa do Brasil.
- 4.5. O CONCESSIONÁRIO não poderá participar de qualquer atividade relacionada diretamente a outra marca que não a marca CITROËN, inclusive da concepção, da fabricação, da venda, da distribuição, do serviço ou da exploração comercial de veículos.
- 4.6. No entanto, na hipótese do CONCESSIONÁRIO contemplar a possibilidade de uma participação direta na venda ou nos serviços de veículos novos de outra marca que não da marca CITROËN, o CONCESSIONÁRIO deverá, com antecedência mínima de 6 (seis) meses, e através de carta registrada com aviso de recebimento, informar o CONCEDENTE, comprovando a existência de motivos objetivos e justificativos para tanto. Se o CONCEDENTE aceitar a participação direta do CONCESSIONÁRIO na venda de veículos novos de outra marca que não da marca CITROËN, o CONCESSIONÁRIO se compromete desde já a:





a) que não haja nenhuma confusão possível entre as marcas, e

m

b) que nenhum terceiro possa beneficiar-se, de qualquer forma que seja, de todo e qualquer investimento realizado pelo CONCEDENTE, principalmente em matéria de equipamentos ou de treinamento de pessoal, de direitos sobre a propriedade intelectual ou sobre o know-how do CONCEDENTE.

- 4.7 Além disso, se o CONCESSIONÁRIO desejar uma participação indireta na venda e nos serviços de veículos novos de outra marca que não a marca CITROËN, ele poderá fazê-lo desde que :
 - a) esta atividade seja exercida por uma entidade jurídica distinta da entidade jurídica do CONCESSIONÁRIO, seja exercida em locais distintos daqueles onde este último exerce sua atividade de concessionário da marca CITROËN, e seja exercida no âmbito de princípios de uma administração que permita a identificação e a distinção dos elementos de gestão próprios de cada marca;

b)que esta atividade seja exercida de tal forma que qualquer confusão entre as marcas figue excluida; e

- c) que nenhum terceiro possa beneficiar-se, de qualquer forma que seja, de todo e qualquer investimento realizado pelo CONCEDENTE, principalmente em matéria de equipamentos e dos direitos sobre a propriedade intelectual do CONCEDENTE.
- 4.8. Em caso de não observância de qualquer das disposições dos itens 4.1. à 4.7. da presente Cláusula 4.ª, assistirá ao CONCEDENTE o direito de rescindir o presente Contrato, ressalvando-se as disposições da Convenção de Marca.
- 4.9. A comercialização do CONCESSIONÁRIO envolve :
 - a venda dos Produtos Contratuais e dos serviços a eles vinculados ;
 - a revenda de veículos usados da marca CITROEN ou de outras marcas em conformidade com as disposições da Convenção de Marca;
 - as operações de marketing e a captação de clientela;





- as operações de publicidade, de promoção de vendas e pós-venda.
- a venda dos servicos preconizados pelo CONCEDENTE, principalmente o financiamento, o seguro, a manutenção e o conserto dos veículos, para facilitar a utilização dos veículos CITROEN por seus usuários e manter a fidelidade desses últimos à marca.
- 4.10. Conforme as disposições do item 4.1 desta Cláusula, é vedada, fora do Território Exclusivo e da Zona Operacional de Atividade ou dos Territórios Livres. qualquer operação de captação personalizada de clientela, inclusive e principalmente através de chamadas telefônicas ou através de meios telemáticos ou de outra forma. em seu domicílio, por contato direto, ou por qualquer outro meio.
- 4.11. O CONCESSIONÁRIO se compromete a não vender veículos CITROEN novos ou emplacados há menos de três 3 (três) meses a comerciantes do setor automobilístico e, de forma geral, a terceiros ou por intermédio de terceiros que comprem para revenda ou que exerçam uma atividade equivalente à revenda, exceção feita à venda aos outros membros da rede comercial do CONCEDENTE conveniados para a revenda dos veículos em questão.
- 4.12. Em derrogação às disposições do item 4.1 desta Cláusula, o CONCEDENTE se reserva o direito de vender diretamente os produtos por ele comercializado, nas condições estipuladas na Convenção de Marca



CLÁUSULA 5 - UTILIZAÇÃO DA MARCA

- O CONCESSIONÁRIO fica autorizado a utilizar, a título gratuito, a marca CITROEN durante todo o prazo de vigência do presente Contrato, inclusive as marcas dos servicos, as expressões e a sinalética publicitária ou qualquer outro elemento de identificação dos Veículos e das Pecas, ficando claro que tal autorização caducará, de pleno direito, em caso de rescisão do presente Contrato.
- A utilização da marca CITROEN ou de qualquer outra marca ou nome pertencente a uma das sociedades do Grupo PSA em campanhas publicitárias realizadas em qualquer meio de comunicação, deverá, necessariamente, observar as orientações comunicadas pelo CONCEDENTE ou por terceiros por este indicado.







ni

- 5.3. É vedado ao CONCESSIONÁRIO associar seu nome comercial às marcas ou à sinalética que sejam propriedade exclusiva de seus titulares. Da mesma forma, essas marcas e sinaléticas não devem ser modificadas nem incorporadas, total ou parcialmente, ao nome comercial do CONCESSIONÁRIO.
- 5.4. O CONCESSIONÁRIO tem a obrigação de identificar o seu ou os seus estabelecimentos de acordo com as instruções fornecidas pelo CONCEDENTE ou por terceiro por este indicado, entendendo-se que esta obrigação se estende também às outras formas de divulgação tais como, mas não exclusivamente, envelopes, prateleiras, placas, etc.
- 5.5. O CONCESSIONÁRIO manterá o CONCEDENTE informado de qualquer contrafação da marca CITROËN, e de qualquer uso indevido por terceiros não autorizados, da marca CITROËN, de que tenha conhecimento.
- 5.6. Caso CITROËN, o CONCEDENTE ou um terceiro nomeado por este, modifique a marca CITROËN ou a sinalética dos produtos, o CONCEDENTE tem a faculdade de exigir que o CONCESSIONÁRIO, arcando com os custos, modifique, em seu(s) estabelecimento(s), no prazo máximo de 6 (seis) meses contados a partir da data do pedido de modificação, os impressos e os outros meios que identifiquem que o CONCESSIONÁRIO representa o CONCEDENTE e sua marca, exceção feita aos elementos de identificação pertencentes ao CONCEDENTE, cuja modificação será arcada por este último.
- 5.7. Na hipótese de rescisão do presente Contrato, por qualquer razão que seja, o CONCESSIONÁRIO se obriga a cessar, imediatamente a utilização da marca CITROËN, após a expiração do prazo, de 120 (cento e vinte) dias, necessário à extinção das relações comerciais entre as Partes, prazo este estipulado no artigo 3 do Capítulo XIII da Convenção de Marca, nos termos da Lei FERRARI. Com este objetivo, o CONCESSIONÁRIO fará com que desapareça, cessando, imediata e definitivamente, a utilização ou a exploração, sob qualquer forma que seja, é por todos e qualsquer meios, dos painéis, inscrições, letreiros, sinalizações, marcas, logotipos e qualquer sinal distintivo pertencente ao CONCEDENTE, ou que lhe façam menção direta ou indiretamente. Fica convencionado que o uso, pelo CONCESSIONÁRIO, do referido sinal distintivo, após rescisão do presente Contrato, constituirá inadimplência





e obrigará o referido CONCESSIONÁRIO ao pagamento de indenização por uso indevido da marça CITROËN, sem prejuízo do cumprimento de todas e quaisquer obrigações previstas pela legislação sobre a matéria. Na hipótese de rescisão do presente Contrato, o CONCESSIONÁRIO, ao término do prazo de 120 (cento e vinte) dias supra citado, deverá imediatamente devolver ao CONCEDENTE, todo o material sinalético colocado à sua disposição.

CLÁUSULA 6 - OBJETIVOS DE VENDA E DE ENTREGA

- 6.1. Em contrapartida da concessão a ele outorgada, o CONCESSIONÁRIO se obriga, principalmente, a desenvolver as vendas dos Produtos Contratuais e o atendimento à clientela, e a envidar seus melhores esforços para vender e entregar, no decorrer de cada ano civil, as quotas de Produtos Contratuais convencionadas entre as Partes, para cada ano civil.
- 6.2. Na hipótese do CONCESSIONÁRIO não concordar com a proposta do CONCEDENTE relativa às quotas de venda, o CONCESSIONÁRIO submeterá a questão, no prazo de 15 (quinze) dias após a recepção da notificação relativa à proposta das quotas de venda enviada pelo CONCEDENTE, à Comissão técnica da ABRACIT. Esta determinará, no âmbito de um contraditório, o objetivo de venda anual implicado, levando em consideração principalmente, as vendas anteriores realizadas pelo CONCESSIONÁRIO, as previsões de venda para este CONCESSIONÁRIO, e em âmbito nacional, as previsões de política comercial do CONCEDENTE para o ano em questão. Até que seja proferida a decisão da Comissão acima mencionada, a proposta do CONCEDENTE será temporariamente aplicada; a decisão da Comissão será aplicada: ano calendário objeto de discussão e transitará em julgado, sendo definitiva e não se podendo dela apelar. As despesas havidas com a pericia correrão por conta do CONCESSIONÁRIO.
- 6.3 Caso o CONCEDENTE não receba do CONCESSIONÁRIO, no prazo de 15 (quinze) dias contados da recepção da notificação relativa à proposta das quotas de venda, notificação informando seu desacordo, a proposta será considerada como tendo sido definitivamente aceita pelo CONCESSIONÁRIO, e sem reservas.







n

CLÁUSULA 7 - ESTOQUES DE VEÍCULOS NOVOS - VEÍCULOS DE DEMONSTRAÇÃO

- 7.1. O CONCESSIONÁRIO aceita expressamente manter um permanente estoque de veículos novos da marca CITROËN, cuja composição e quantidade serão definidos na Convenção de Marca.
- 7.2. Da mesma forma, o CONCESSIONÁRIO aceita expressamente manter, permanentemente, um parque de veiculos de demonstração CITROËN cujo número, as variações desse número, a composição e o ritmo de renovação, serão definidos na Convenção de Marca.

CLÁUSULA 8 - CONDIÇÕES GERAIS DE VENDA

- 8.1. Os Produtos Contratuais encomendados pelo CONCESSIONÁRIO são vendidos e faturados pelo CONCEDENTE, EX WORKS "fábrica ou depósito" carregados em vagão ou caminhão de expedição de acordo com os *Incoterms* da Câmara de Comércio Internacional, Edição 2000. A transferência de domínio dos referidos Produtos Contratuais fica suspensa até o pagamento integral do preço pelo CONCESSIONÁRIO: não obstante esta suspensão, os riscos inerentes a ela serão transferidos ao CONCESSIONÁRIO a partir do carregamento dos mencionados Produtos Contratuais.
- 8.2. Para todo e qualquer pedido de veículos cuja entrega esteja prevista num prazo de 3 (três) meses, e em caso de atraso na mencionada entrega por motivo não imputável ao CONCESSIONÁRIO, o CONCEDENTE se obriga a manter o preço de venda dos Veículos até a data de sua efetiva entrega. As disposições deste parágrafo não se aplicam em caso de força maior como incêndio, inundação, conflito de trabalho do CONCEDENTE, de seus fornecedores ou subcontratados.





8.3. O modelo do Veículo pedido será definido através de sua denominação comercial e da menção do ano do modelo e do ano de fabricação para os Veículos particulares (VP) escolhidos.

uz

- 8.4. O fornecimento de um Veículo de um modelo ou de um ano modelo e de um ano de fabricação para os veículos particulares somente será garantido no limite das disponibilidades.
- 8.5. O CONCESSIONÁRIO se obriga a tomar todas as medidas necessárias para garantir o bom estado dos Produtos Contratuais que lhe tenham sido entregues. O CONCESSIONÁRIO deverá assumir, através de uma apólice de seguros cujo comprovante será fornecido ao CONCEDENTE, os riscos relativos aos Produtos Contratuais cujo preço ainda não tenha sido pago ao CONCEDENTE. Sem prejuízo dos direitos do CONCEDENTE face ao CONCESSIONÁRIO, a apólice deverá estipular que, em caso de sinistro, o CONCEDENTE será o beneficiário direto de todas as indenizações pagas pela companhia seguradora.
- 8.6. O preço faturado pelo CONCEDENTE é correspondente à tarifa vigente para o CONCESSIONÁRIO no dia da entrega pelo CONCEDENTE.
 - 8.7. As condições de pagamento dos Produtos Contratuais serão estipuladas pela Convenção de Marca.



- 8.8. O CONCESSIONÁRIO se compromete, expressamente, a só entregar um Veículo a um cliente quando já tiver sido efetivamente pago ao CONCEDENTE, a totalidade do preço do referido Veículo. O CONCESSIONÁRIO se compromete igualmente, a só entregar veículos para si próprio ou para outro participante da rede de distribuição do CONCEDENTE, quando tiver efetivamente pago a totalidade do preço do referido Veículo.
- 8.9. Na hipótese em que o financiamento da divida do CONCESSIONÁRIO seja efetuado pelo Banco PSA, o CONCESSIONÁRIO se compromete a observar todas as condições estabelecidas pelo referido banco em seus contratos de financiamento. O CONCEDENETE, ou a instituição financeira sub-rogada em seus direitos pode, com toda a liberdade e a qualquer momento, fiscalizar o estoque de Velculos novos e os contratos de revenda do CONCESSIONÁRIO.



8.10. O CONCESSIONÁRIO possui uma conta corrente nos livros do CONCEDENTE. Este poderá, a seu critério, subdividi-la em sub-contas por razões de comodidade contábil: CONCESSIONÁRIO reconhece que essas sub-contas integram a conta corrente e que seu saldo se compensa de pleno direito. Fica expressamente estabelecido que a conta corrente ora definida não afeta as garantias relativas aos créditos nela inscritos.

CLÁUSULA 9 - INSTALAÇÃO - ORGANIZAÇÃO

- 9.1. O CONCESSIONÁRIO levará em conta, quando da organização de sua empresa, as recomendações feitas pelo CONCEDENTE, e principalmente, as que se referem à instalação, à identificação, aos equipamentos, às técnicas de venda e de promoção, às técnicas de atendimento à clientela, à publicidade, à comunicação, ao funcionário, à gestão, às peças de reposição e ao acessórios.
- 9.2. O CONCESSIONÁRIO deverá adotar os métodos de contabilidade definidos pelo CONCEDENTE e se compromete a facilitar os trabalhos dos auditores do CONCEDENTE e a manter à disposição dos mesmos, os documentos contábeis ou comerciais relativos a operações que gerem movimentos financeiros entre as duas partes. Ademais, para a boa execução do presente contrato, o CONCESSIONÁRIO se responsabiliza pela capacidade e compatibilidade de seu sistema de informática para a troca de informações com o CONCEDENTE, através do sistema de informática deste último.
- 9.3. O CONCESSIONÁRIO se compromete a respeitar e a aplicar as normas de implantação de layout, de identificação e de imagem da marca CITROËN preconizadas pelo Concedente. O CONCESSIONÁRIO somente poderá modificar a dimensão de suas instalações com o acordo prévio do Concedente.
- 9.4. O CONCESSIONÁRIO se compromete, especialmente, a realizar ou a reformar as fachadas de seus estabelecimentos de acordo com as normas do CONCEDENTE.





is

- 9.6. O CONCESSIONÁRIO se compromete, igualmente, a respeitar as normas definidas pelo CONCEDENTE no que diz respeito ao lay-out externo e interno de seus estabelecimentos de venda e pós-venda, e no que diz respeito à apresentação, à sua clientela, dos produtos Contratuais, dos veículos usados e dos serviços propostos no pós-venda.
- 9.7. O CONCESSIONÁRIO deverá dispor da organização comercial necessária para atender, em conformidade com os métodos comerciais do CONCEDENTE, a revenda dos Produtos Contratuais à clientela e principalmente:
 - a) possuir, em conformidade com as normas fixadas pelo CONCEDENTE, um arquivo de clientes, venda e pós-venda, empregar o pessoal administrativo e os meios técnicos necessários para o acompanhamento e a atualização constantes deste arquivo.
 - b) empregar, permanentemente, vendedores em número satisfatório e com competência igualmente reconhecida como satisfatória pelo CONCEDENTE, empregando ainda, funcionários suficientes para gerenciar os vendedores;
 - c) ter um ou mais show-rooms.
- 9.8. O CONCESSIONÁRIO participará de todas as campanhas promocionais do CONCEDENTE, sejam elas nacionais ou regionais, devendo comunicá-lo sobre os resultados obtidos
- 9.9. O CONCESSIONÁRIO contribuirá de forma eventual, para as despesas com publicidade e comunicação realizadas, nos termos das regras de repartição estipuladas na Convenção de Marca.
- 9.10. O CONCESSIONÁRIO se compromete a repassar, conforme o caso, a todo seu pessoal envolvido e/ou a seus clientes, toda e qualquer informação transmitida pelo CONCEDENTE, através de meios de comunicação orais, escritos, audiovisdais



DAL



ou informáticos. O CONCESSIONÁRIO deverá, para tanto, possuir o material necessário.

ni

- 9.11. O CONCESSIONÁRIO deverá, outrossim, participar e fazer com que seu pessoal participe das sessões de treinamento que o CONCEDENTE julgar necessário, em todos os ramos de atividade da Concessão, assim como das atividades de motivação implantadas pelo CONCEDENTE. As regras de partilha de custos das sessões de treinamento são definidas na Convenção de Marca.
- 9.12. O CONCESSIONÁRIO se compromete ao final de cada mês, a elaborar e encaminhar as posições contábeis, de exploração e comerciais. Os mencionados documentos contábeis deverão ser fornecidos sob a forma estabelecida pelo CONCEDENTE. O CONCEDENTE ou os terceiros por ele mandatados se comprometem a observar a confidencialidade dessas informações.
- 9.13. Para assegurar permanentemente a recepção, o atendimento à clientela, a manutenção, o socorro mecânico e o conserto de todos os veículos da marca CITROEN em circulação, nas melhores condições de qualidade e rapidez, o CONCESSIONÁRIO se compromete a:
 - a) dispor de uma oficina de conserto, em conformidade com as normas de implantação do CONCEDENTE, com funcionários e principalmente técnicos responsáveis devidamente qualificados e em número suficiente;
 - b) dispor do ferramental e do equipamento preconizado pelo CONCEDENTE para identificar problemas e para organizar reparos;
 - c) manter a manutenção do ferramental e do equipamento, indicado no item "b" da cláusula 9.13, conforme determinação do fabricante e/ou fornecedor e o CONCEDENTE, bem como manter a devida atualização do equipamento para o perfeito atendimento aos Clientes.
 - dispor, eventualmente, de veículos a serem disponibilizados aos clientes da oficina, de acordo com as condições definidas na Convenção de Marca.
- 9.14. Além disso, o CONCESSIONÁRIO se compromete a :
 - a) aplicar os métodos técnicos e de organização preconizados pelo CONCEDENTE e não exceder os prazos pré-fixados para faturamento por





- w
- respeitar os acordos celebrados, em âmbito nacional, pelo CONCEDENTE com as seguradoras e informados ao CONCESSIONÁRIO;
- c) promover a assinatura dos contratos de manutenção e dos contratos de garantia preconizados pelo CONCEDENTE e realizar, nas condições previstas pelos referidos contratos, as operações e manutenções neles previstas, operações estas, relativas aos veículos garantidos e cobertos pelos contratos celebrados, tanto com o CONCESSIONÁRIO, quanto com os outros participantes da rede;
- d) possuir, classificar e utilizar a documentação técnica enviada pelo CONCEDENTE e mantê-la constantemente atualizada, através de renovação de sua assinatura anual;
- e) transmitir os dossiês pós-venda que lhe forem solicitados, quando da realização, por iniciativa do CONCEDENTE, de pesquisas sobre a qualidade do serviço de pós-venda; tomar imediatamente todas as providências necessárias para remediar as deficiências constatadas ao término das pesquisas supramencionadas; e ainda respeitar seu compromisso de fornecer prestações e serviços com a qualidade estipulada pelo CONCEDENTE.
- 9.15. O CONCESSIONÁRIO se compromete a implementar os meios e equipamentos, normas e métodos comerciais preconizados pelo CONCEDENTE para atender às necessidades em termos de Peças para manutenção, reparação e o equipamento em pós-venda dos veículos dos clientes, respeitando os objetivos de qualidade e prazo, definidos pelo CONCEDENTE. O CONCESSIONÁRIO se compromete a :
 - a) dispor de uma loja com dimensões e lay-out conformes às normas do CONCEDENTE;





- w
- c) dispor de superficies organizadas para a exposição e a venda aos clientes particulares, assim como para a montagem e/ou a colocação das Peças;
- d) fazer com que as oficinas mecânicas, as frotas em geral e as administrações públicas, sociedades de economía mista, autarquias e fundações de seu território possam usufruir de descontos específicos fixados pelo CONCEDENTE; e
- e) promover, junto às oficinas mecânicas, frotas e clientes em geral, a venda das Peças incluidas no catálogo do CONCEDENTE.
- 9.16. Caso o CONCESSIONÁRIO não ofereça benefícios às administrações locais ou às frotas, de acordo com as ações promocionais ou comerciais implementadas pelo CONCEDENTE, este poderá, de pleno direito, optar por não pagar ao CONCESSIONÁRIO, total ou parcialmente, os prêmios ou as eventuais participações correlacionadas às ações promocionais ou comerciais.
- 9.17. O CONCESSIONÁRIO se compromete a, tão somente, comprar e revender para a manutenção, o reparo e o equipamento pós-venda dos veículos da marca CITROEN, peças fabricadas e/ou comercializadas por Citroen ou Peugeot Citroen do Brasil, ou peças de qualidade equivalente, ou seja, cujas especificações técnicas, materiais utilizados e controles técnicos sejam idênticos, respeitados os índices definidos na Convenção de Marca.
- 9.18. É vedada a utilização ou a venda de Peças e equipamentos de contrafação.
- 9.19. Caso o CONCESSIONÁRIO venda e/ou utilize peças de reposição, produtos, acessórios e equipamentos em substituição às Peças e equipamentos preconizados pela CONCEDENTE, aquele se compromete a informar sua clientela sobre a mencionada substituição e a mencioná-lo nas faturas, sendo o único responsável por todas as conseqüências resultantes da utilização ou da venda de que trata este item—





9.20. No âmbito das operações de responsabilidade assumida, parcial ou totalmente pelo CONCEDENTE, principalmente no que diz respeito às operações de garantia, de recall e de serviço gratuito, este se obriga a utilizar apenas Peças e equipamentos entregues pelo CONCEDENTE. Além disso, o CONCESSIONÁRIO manterá as Peças substituídas sob garantia ou no caso do recall, à disposição do CONCEDENTE, nas condições e prazos definidos na Convenção de Marca.

CLÁUSULA 10 - REVENDA - CONDIÇÕES - DOCUMENTOS CONTRATUAIS

- 10.1. Todos os pedidos da clientela deverão ser transcritos pelo CONCESSIONÁRIO, em pedidos de compra comunicados pelo CONCEDENTE. Uma cópia do pedido de compra será entregue ao cliente. O nome e o endereço do cliente, assim como as datas do pedido e da entrega do veículo novo, serão comunicadas imediatamente ao CONCEDENTE através dos sistemas de informática existentes entre eles. O CONCESSIONÁRIO se compromete a respeitar os outros procedimentos administrativos de venda estipulados pelo CONCEDENTE.
- 10.2. O CONCESSIONÁRIO poderá propor aos clientes finais, gratuitamente ou mediante contraprestação pecuniária, extensões da garantia, desde que, a este título, seja celebrado um contrato, nos termos da Convenção de Marca.
- 10.3. O CONCESSIONÁRIO se obriga a não efetuar, nos veículos novos de marca CITROËN, transformações técnicas ou estéticas não aprovadas pelo CONCEDENTE, salvo em caso de pedido específico e por escrito do cliente final, comprador do Veículo, ficando claro que, neste caso, o CONCESSIONÁRIO informará ao cliente, por escrito que:
 - a) a transformação é realizada sob única e exclusiva responsabilidade do CONCESSIONÁRIO, excluindo-se a responsabilidade do CONCEDENTE; e.
 - b) a garantia contratual do CONCEDENTE não se aplica, nem às partes, nem aos componentes do veículos modificados, nem às conseqüências decorrentes das transformações sobre as partes e os componentes do Veículo não modificados.





10.4. Ao CONCESSIONÁRIO é igualmente vedado retirar Peças dos Veículos, qualquer que seja seu objetivo. Tal retirada ensejará, observando-se as disposições da Convenção de Marca, a rescisão do presente contrato, após notificação extrajudicial pelo CONCEDENTE, sem prejuízo de qualquer outra medida judicial com vistas a ressarcir o Concedente, de prejuízos sofridos, ainda que o CONCESSIONÁRIO substitua as peças retiradas.

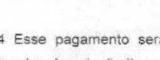
10.5. O CONCESSIONÁRIO garantirá, até a expiração do Contrato, a preparação, a primeira revisão, os serviços de garantia previstos pelo CONCEDENTE, e o serviço realizado após as campanhas de recall, a manutenção e o conserto, e isto, tanto para os Veículos vendidos por ele, quanto para os Veículos da marca CITROÊN dos eventuais clientes que estejam de passagem, de acordo com as normas, métodos e procedimentos estabelecidos pelo CONCEDENTE. As modalidades de reembolso das despesas realizadas pelo CONCESSIONÁRIO e assumidas pelo CONCEDENTE, serão definidas na Convenção de Marca.

10.5.1 O CONCESSIONÁRIO poderá, a qualquer momento, através de aviso ao CONCESSIONÁRIO com 15 (quinze) dias de antecedência, realizar ou fazer com que sejam realizadas auditorias nos dossiês de garantia do CONCESSIONÁRIO, auditorias estas relativas ao período retroativo máximo de 3 (três) anos.

10.5.2 Para cada um desses três anos máximos, será escolhido um período máximo de averiguação de três a, no máximo, cinco semanas.

10.5.3 Caso a auditoria demonstre que houve, no período analisado, o envio, pelo CONCESSIONÁRIO, de faturas não devidas e pagas pelo CONCEDENTE, este poderá receber, além do reembolso imediato dos pagamentos indevidos, o pagamento, de pleno direito, de quantia igual ao valor total das faturas indevidas e do superfaturamento, multiplicado por 52 (cinqüenta e dois) e dividido pelo número de semanas completas do período auditado.

10.5.4 Esse pagamento será feito a título de indenização pré-estabelecida, sem prejulzo das demais direitos e ações e poderá ensejar, observando-se os dispositivos da Convenção de Marca, a rescisão deste Contrato.



A:

Put



10.5.5 As Peças objeto de um pedido de garantia, poderão ser enviadas ao CONCEDENTE, quando por este solicitado, para exame técnico. As peças não enviadas deverão ser conservadas pelo CONCESSIONÁRIO até a visita do inspetor técnico do CONCEDENTE, e de qualquer forma, durante no máximo seis meses. Caso a garantia seja aceita, a titularidade da Peça defeituosa reverterá ao CONCEDENTE; caso contrário, a garantia seja rejeitada e a peça poderá ser restituída ao CONCESSIONÁRIO.

10.6. Salvo acordo prévio do CONCEDENTE, o CONCESSIONÁRIO se obriga a não utilizar ou revender Peças fornecidas pelo CONCEDENTE para outros usos que não sejam o conserto ou a manutenção de veículos automotores.

CLÁUSULA 11- REVENDA- PREÇO

11.1 O preço de revenda dos Produtos Contratuais pelo CONCESSIONÁRIO ao consumidor final é livre

11.2. O CONCEDENTE se reserva o direito de aconselhar ao CONCESSIONÁRIO fornecendo listas de preço mínimo de venda ao consumidor final os quais serão reajustadas periodicamente.

CLÁUSULA 12. VEÍCULOS USADOS

12.1 O CONCEDENTE tem a faculdade de conceder ao CONCESSIONÁRIO, o direito de utilização da marca "CITROEN CONFIANCE" para a venda de veículos usados. As condições da concessão de utilização desta referida marca, serão objeto da assinatura de um contrato específico entre o CONCEDENTE e o CONCESSIONÁRIO, estipulando as obrigações de cada uma das partes.

CLÁUSULA 13 - DIFICULDADES FINANCEIRAS

13.1. Em caso de dificuldades financeiras do CONCESSIONÁRIO ou de inadimplência (mesmo que de uma parcela somente, qualquer que seja a causa ou seu valor) em face do CONCEDENTE ou da instituição financeira sub-rogada em seus





direitos, em caso de liquidação ou concordata, o CONCEDENTE poderá tomar todas as providências necessárias para limitar seus riscos e/ou os riscos da instituição financeira em questão. Integram as eventuais providências, exemplificativamente, mas não limitado a :

- Li
- a) o pagamento integral do preço dos veículos, concomitante à entrega dos mesmos, pelo CONCESSIONÁRIO aos clientes;
- b) o pagamento integral do preço dos outros Produtos Contratuais, antes de suas efetivas entregas;
- c) nas vendas a crédito, a retornada pelo CONCEDENTE, com desconto dos valores já pagos pelo CONCESSIONÁRIO, de parte ou da totalidade dos Produtos Contratuais entregues ao CONCESSIONÁRIO; e
- d) a retomada e a conservação das chaves, de todos ou de parte dos veículos entregues ao CONCESSIONÁRIO.
- 13.2 Objetivando manter a qualidade da marca CITROËN no Brasil e do serviço oferecido ao consumidor, caso o CONCESSIONÁRIO não esteja em condição econômica e financeira de prosseguir suas atividades comerciais de acordo com as exigências da marca e de acordo com a concessão, objeto do presente, o CONCEDENTE reserva-se a faculdade de autorizar a venda de Peças no Território por um outro CONCESSIONÁRIO, sem que o CONCESSIONÁRIO signatário deste possa pretender qualquer indenização, por qualquer motivo que seja.
- 13.3. O CONCEDENTE poderá também agir consoante as disposições dos itens 13.1. e 13.2, em caso de notificação, por uma das partes, de sua decisão de não celebrar um novo contrato quando da expiração do presente. A intervenção das disposições das cláusulas acima poderá ocorrer a qualquer momento durante os 6 (seis) últimos meses do Contrato.
- 13.4. Nos casos mencionados no item 13.1 supra, o CONCEDENTE poderá também, observados os dispositivos da Convenção de Marca, rescindir o presente Contrato.





CLÁUSULA 14 - VIGÊNCIA

14.1 A vigência do presente Contrato é de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura.

14.2. Ao final de sua vigência, o presente Contrato será automaticamente prorrogado por prazo indeterminado, salvo na hipótese em que uma das Partes tenha notificado à outra, seu desejo de não prorrogá-lo. A notificação de que trata esta cláusula, deverá ser feita através de Cartório de Títulos e Documentos ou por carta registrada com aviso de recebimento, e deverá ser recebida pela parte notificada, 180 dias antes da data de vencimento do presente Contrato. A não prorrogação do presente Contrato, ensejará indenização, conforme o que se segue.

14.3. Caso o CONCEDENTE não prorrogue o Contrato, este será obrigado, perante o CONCESSIONÁRIO a :

a) readquirir-lhe o estoque de veículos novos e de peças de reposição novas, em sua embalagem original, ao preço de venda ao CONCESSIONÁRIO na data da reaquisição. As Peças de reposição serão readquiridas com base na tarifa para Concessionários em vigor quando da compra, após dedução de todos os descontos, inclusive em pedidos de abastecimento, uma vez entregues nas lojas designadas pelo CONCEDENTE, recepcionados, identificados e reconhecidos, por este, como estando em conformidade ao estado da primeira venda. O preço desta forma determinado será lançado como crédito na conta do CONCESSIONÁRIO, aberta nos livros do CONCEDENTE.

b) readquirir-lhe a totalidade do ferramental e do equipamento exclusivamente destinado à concessão da marca CITROEN, ao preço de mercado, levando-se em conta o seu estado de conservação, e cuja aquisição, pelo CONCESSIONÁRIO, tenha sido determinada pelo CONCEDENTE ou dela este tenha sido informado por escrito, sem ter manifestado qualquer oposição imediata e documentada. Fica excluída desta obrigação, a aquisição dos imóveis do CONCESSIONÁRIO.



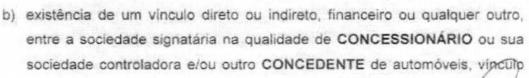


22

14.4. A não prorrogação do Contrato por parte do CONCESSIONÁRIO, não enseia qualquer indenização.

CLÁUSULA 15 - INTUITU PERSONAE

- O CONCEDENTE celebra o presente Contrato levando em consideração a pessoa do ou dos dirigentes signatários do Contrato, levando ainda em consideração a pessoa ou o grupo de pessoas que detêm a titularidade de maioria das quotas ou ações da sociedade signatária na qualidade de CONCESSIONÁRIO e/ou que detém a majoria dos direitos de voto em suas assembléjas.
- 15.2. Em consequência, salvo prévio acordo por escrito do CONCEDENTE, este poderá, nas seguintes hipóteses, rescindir o presente Contrato :
 - a) cessação das funções de um dos signatários do Contrato;
 - b) perda efetiva do controle da administração da empresa signatária na qualidade de CONCESSIONÁRIO, por parte de seu ou de seus dirigentes, não obstante a inexistência de modificação jurídica na estrutura da referida sociedade:
 - c) perda da titularidade da maioria das quotas ou ações ou dos direitos de voto, por parte das pessoas inicialmente consideradas pelo CONCEDENTE.
- 15.3. O CONCEDENTE terá a mesma faculdade, nas mesmas condições, em caso de:
 - a) falta de aporte de capital, não integralizando capital no prazo e forma pactuados, locação ou cessão, pelo CONCESSIONÁRIO, de seu fundo de comércio: ou,





este que permita a este último exercer uma influência capaz de dirigir ou de orientar a gestão ou o funcionamento da sociedade signatária na qualidade de CONCESSIONÁRIO. W

15.4. O CONCEDENTE se compromete a responder, por escrito, a toda e qualquer solicitação feita, por escrito, por qualquer dirigente signatário ou por qualquer sócio majoritário, a fim de se pronunciar sobre a aceitação ou não de uma pessoa indicada para substituir, no futuro, o dirigente signatário ou qualquer sócio majoritário.

CLÁUSULA 16 - RESCISÃO DO CONTRATO

- 16.1 Além dos diferentes casos de rescisão unilateral previstos, principalmente, nos itens 4.8, 10.5. e 13.1 do presente Contrato e no Capítulo XIII da Convenção de Marca, o presente Contrato poderá ser rescindido após decisão unilateral de uma das partes, através de notificação prévia, em um prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias. Neste caso acima, serão conseqüências da rescisão:
 - Na hipótese de rescisão do Contrato por iniciativa do Concedente, este ficará obrigado, face ao Concessionário:
 - a) readquirir-lhe o estoque de veículos e de peças de reposição novos, estas em sua embalagem original, pelo preço de venda ao público, vigente na data da reaquisição.
 - b) readquirír-lhe a totalidade do ferramental e do equipamento exclusivamente destinado à concessão da marca CITROEN, ao preço de mercado, levando-se em conta o seu estado de conservação, e cuja aquisição, pelo CONCESSIONÁRIO, tenha sido determinada pelo CONCEDENTE ou dela este tenha sido informado por escrito, sem ter manifestado qualquer oposição imediata e documentada. Fica excluída desta obrigação, a aquisição dos imóveis do CONCESSIONÁRIO.





16.2 Concedente deverá, igualmente, indenizar o CONCESSIONÁRIO por perdas e danos, em conformidade com as disposições do Inciso III do artigo 24 da Lei 6.729/79.

n

16.1.3 Na hipótese em que o CONCESSIONÁRIO der causa à rescisão deste Contrato, este deverá pagar uma indenização ao CONCEDENTE, de um valor igual a 5% (cinco por cento) do valor total das mercadorias que o CONCESSIONÁRIO tiver adquirido do CONCEDENTE, no decorrer dos 4 (quatro) últimos meses do Contrato.

16.1.4 Na rescisão unilateral do presente contrato, à título de indenização, nenhum outro direito assistirá às Partes senão os prescritos na presente Cláusula.

16.2 Caso o presente Contrato seja rescindido, por qualquer motivo que seja, as Partes deverão respeitar um prazo de 120 (cento e vinte) dias para a extinção de suas relações comerciais. O CONCEDENTE não será obrigado a enviar ao CONCESSIONÁRIO os Produtos que não estiverem disponíveis dentro do mencionado prazo de 120 dias. O CONCESSIONÁRIO fornecerá ao CONCEDENTE a lista de pedidos dos Produtos Contratuais que não tiverem ainda sido atendidos, no referido prazo. O CONCESSIONÁRIO fornecerá ao CONCEDENTE a lista de pedidos de veículos novos recebidos de seus clientes, assim como os pedidos pendentes de entrega para o prazo superior aos 120 dias supra mencionado. Os veículos objeto deste pedido serão entregues por um outro CONCESSIONÁRIO. O CONCESSIONÁRIO não poderá recusar esta transferência a título de ser credor em relação ao CONCEDENTE.

Y

16.3 Na hipótese de venda sem intermediário a ser remunerado e em que não houver pagamento parcial mediante entrega de veículo usado por parte do consumidor final, o CONCESSIONÁRIO que tiver enviado os pedidos e os sinais previamente recebidos, terá direito, quando da entrega dos veículos aos consumidores, a 75% (setenta e cinco por cento) da diferença entre o preço sem impostos, de compra dos veículos e constando da tarifa CONCESSIONÁRIO no dia do envio do pedido, pelo CONCESSIONÁRIO, ou constando da fatura emitida pelo CONCEDENTE, e o preço de revenda sem os impostos, constando dos pedidos dos clientes; o CONCESSIONÁRIO receberá 25% (vinte e cinco por cento) da diferença



supramencionada caso a venda se realize havendo pagamento parcial mediante entrega de veículo usado ou com intermediário a ser remunerado.

in

16.4 Os veículos novos da marca CITROEN faturados ao CONCESSIONÁRIO e não entregues aos clientes, qualquer que seja o local onde eles se encontrem fisicamente, serão imediatamente recolocados à disposição do CONCEDENTE, que anulará, concomitantemente, as faturas correspondentes.

CLÁUSULA 17 - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO

17.1 Salvo prévia autorização, por escrito, de uma das partes, é vedado à outra parte ceder ou transferir, total ou parcialmente a terceiros, o Contrato ou qualquer de seus direitos e obrigações. Em caso de prévia autorização de uma das partes, todas as disposições do presente Contrato deverão ser observadas e obrigarão os mencionados terceiros.

CLÁUSULA 18 - RENÚNCIA

18.1 Fica expressamente acordado entre as partes que a não exigência de cumprimento de qualquer das cláusulas do presente Contrato não implica em renúncia a qualquer de seus direitos e não afeta, de qualquer maneira que seja, a validade do presente Contrato nem de suas disposições.

CLÁUSULA 19 - MODIFICAÇÕES

19.1 Nenhuma modificação ao presente Contrato produzirá efeito, salvo se for por escrito e assinada por um representante de cada uma das partes devidamente autorizado para tal.

PHF



CLÁUSULA 20 - DIREITO APLICÁVEL - COMPETÊNCIA JURISDICIONAL

20.1 O presente Contrato será regido pelas leis em vigor no Brasil. Qualquer litígio relativo ao Contrato, qualquer que seja sua natureza, e que o próprio Contrato e a Convenção de Marca não tenha determinado ser objeto de arbitragem, será submetido à jurisdição do Estado do Rio de Janeiro, renunciando as partes a todo e qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

As Partes assinam o presente instrumento por si e seus sucessores, em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo, 26 de abril de 2005

PEUGEOT CITROËN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA

Sr. Pierre-Michel FAUCONNIER

GAMBATTO C1 VEÍCULOS LTDA

Jgão Carlos Gambatto

TESTEMUNHAST

Nome: Debora Pinheiro de Souza Costa

RG: 29.789.546-1

CPF/MF: 310.832.378-45

Gambatto Motos Ltda

Izair José Gambatto

Nome Alexandre Garcia Padilha

RG: 47 680 1919

CPF/MF. 309.584.248-10



in

Anexo 1 ao Contrato de Concessão

celebrado entre

PEUGEOT CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA. GAMBATTO C1 VEÍCULOS LTDA.

Nome Fantasia do Concessionário:

MONT BLANC

Território com direito exclusivo de implantação e de comercialização. Área de 1 km de raio definido a partir do endereço da sede da Concessionária.

Zona Operacional de Atividade: A totalidade da Cidade de Chapecó localizada no Estado de Santa Catarina.





sidência da República retaria da Micro e Pequena Empresa retaria de Racionalização e Simplificaçã partamento de Registro Empresarial e

DO PROTOCOLO (Uso do órgao de registro JUCESC) JUCESC - UNIDADE DESCONCENTRADA DE CHAPECO

Matrícula(da sede ou da filial quando a sede for em outra UF)

42203588287

CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA

2062

N° DE MATRICULA DO AGENTE AUXILIAR DO COMERCIO



THE COLERNENTS CA						
ILM° SR. PRESIDENTE DA JUNTA CO	OMERCIAL DO ESTA	ADO DE SANTA CA	TARINA	Requerimento: 8 DBE analisado. Emitida em 12/06		
NOME: GAMBATTO C1 VEICULO	SLTDA					
Requer a V. Sª o deferimento do	seguinte ato.					1.4 JUN. 2PT
N° DE VIAS CÓD. ATO	CÓD. EVENTO	QTD	DESCRIÇÃO DO	ATO/EVENTO		
1 002			ALTERAÇÃO			0 5 JUL 2017
	021	1	Alteracao de Da	dos (Exceto Nome	Empresarial)	1 2 300
CHAPECO	051	1	Consolidação d	e Contrato/Estatut	10	
CHAPECÓ-SC 12/06/2017		Representante L Nome: GILSON Assinatura	SBEST AND TO SEE STATE OF THE SEE STATE	Agente Auxiliar do	Comércio	
Real Property and the second s		Telefone de cor	ntato: (49)332/1900	0 zico@gambatto.	com.br	
LUSO DA JUNTA COM	E2.1A					
	DECISÃO SING	ULAR		DECISÃO COLEG	SIADA	Maria Pris Paris Maria
Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s					
SIM	,	SIM			Processo	em ordem.
					Å de	cisão.
NÃO Data	O Reference vel	□NÃO /	//	Responsável		ata
DECISÃO SINGULAR	Po Maska Market	//	Data	responsaver	respe	nisavei -
2 0 July. 2017 Processo ein exigência (Vide despracho em folha anexa)	Page 4	2. 4 15 p. 1554	3° Exigência	4° Exigência	5° Exigencia vandro Trentir Tec. Gestov Reg. Meri atricula 950.019-1	Santil
Processo deferido. Publique-se e		W	0047	Analista.	Tec. 012 950.019-1	
Processo indeferido.			1 0 JUL. 2017	W	Chapeco	
to and			Data	/	Responsável	
DECISÃO COLEGIADA				/	1	
The same of the sa		2° Exigência	3° Exigência	4° Exigência	5° Exigência	
Processo em exigência						
(Vide despacho em folha anexa)						
Processo deferido. Publique-se e						
Processo indeferido.						
/						
Data	V	ogal	Vo	ogal	Vo	gal



OBSERVAÇÕES:

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 10/07/2017

Arquivamento 20177891009 Protocolo 177891009 de 14/06/2017

Nome da empresa GAMBATTO C1 VEICULOS LTDA NIRE 42203588287

Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx Chancela 141810633725460

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/07/2017 por Henry Goy Petry Neto - Secretario-geral;



10/07/2017

5ª. ALTERAÇÃO CONTRATUAL GAMBATTO C1 VEÍCULOS LTDA. CNPJ 07.297.646/0001-21

GAMBATTO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA., empresária limitada, com sede na Rua Fernando Machado, 3345-D, Bairro Bela Vista, na cidade de Chapecó SC, CEP 89804-000, inscrita no CNPJ sob n. 82.942.400/0001-80, e na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob número 42200203023, em 21/08/1973, neste ato representado por seu sócio-administrador Sr. IZAIR JOSÉ GAMBATTO, brasileiro, natural de Arvorezinha, RS, divorciado, do comércio, residente e domiciliado a Rua Lauro Muller, 435-D, Centro, na cidade de Chapecó, SC, CEP 89.802-520, portador da Carteira de Identidade n. 505.781, expedida pela SSP/SC e CPF n. 021.565.479-04;

GILSON SBEGHEN, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, contabilista, residente e domiciliado na Avenida Fernando Machado, 1251-E, Bairro Palmital, CEP 89814-240, na cidade de Chapecó - SC, inscrito no CPF sob n. 563.271.379-20 e Carteira de Identidade n. 1.239.462, expedida pela SSP-SC,

ROSA MARIA DE MARCO, brasileira, casada pelo regime da comunhão universal de bens, gerente administrativo, residente e domiciliada na Rua Francisco Bohner, 52-D, Bairro Jardim Itália, CEP 89802-530, na cidade de Chapecó - SC, inscrita no CPF sob n. 422.276.319-53 e Carteira de Identidade n. 617.853, expedida pela SSP-SC.

Sócio-cotistas da sociedade empresária limitada GAMBATTO C1 VEÍCULOS LTDA., s com sede na Rua Sicília, nº 73-D, Centro, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP 89805-020, inscrita no CNPJ sob n. 07.297.646/0001-21, com seu contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº 42203588287 em 29/03/2005, resolvem de comum acordo, alterar o Contrato Social e alterações posteriores, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CESSÃO DE COTAS

A cotista Gambatto Administradora de Consórcios Ltda. detentora de 480.000 (quatrocentos e oitenta mil) cotas de capital, cede e transfere a totalidade de sua participação para o cotista ora admitido na sociedade Sr; Izair José Gambatto, brasileiro, natural de Arvorezinha, RS, divorciado, do comércio, residente e domiciliado a Rua Lauro Muller, 435-D, Centro, na cidade de Chapecó, SC, CEP 89.802-520, portador da Carteira de Identidade n. 505.781, expedida pela SSP/SC e CPF n. 021.565.479-04, pelo preço justo e acertado de R\$ 15.918.082,52 (quinze milhões, novecentos e dezoito mil, oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), em moeda corrente nacional, pagos na assinatura do presente instrumento.

Parágrafo Primeiro - O sócio que ora se desliga da sociedade, dá plena, geral e irrestrita quitação ao sócio adquirente das cotas e aos sócios remanescentes da sociedade.

Parágrafo Segundo - O sócio cotista Izair José Gambatto, ora admitido na sociedade, declara que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer atividade mercantil.

10/07/2017



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina Certifico o Registro em 10/07/2017 Arquivamento 20177891009 Protocolo 177891009 de 14/06/2017 Nome da empresa GAMBATTO C1 VEICULOS LTDA NIRE 42203588287 Este documento pode ser verificado em http://regin.jucese.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx Chancela 141810633725460 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/07/2017 por Henry Goy Petry Neto - Secretario-geral;

CLÁUSULA SEGUNDA

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Face a presente cessão de cotas e a admissão de novo sócio-cotista a composição do capital social passa a ser a seguinte:

COTISTAS	PARTIC.	PARTICIP. RS	VALOR DA COTA R\$	QTDE. DE COTAS
IZAIR JOSÉ GAMBATTO	80,00	480.000,00	1,00	480.000
GILSON SBEGHEN	10.00	60.000,00	1,00	60.000
ROSA MARIA DE MARCO	10,00	60.000,00	1,00	60.000
TOTAL	100,00	600.000,00		600.000

CLÁUSULA TERCEIRA

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade será administrada pelos sócios-cotistas:. IZAIR JOSÉ GAMBATTO, GILSON SBEGHEN e ROSA MARIA DE MARCO todos já qualificados, cabendo-lhes representá-la isoladamente em juízo ou fora dele, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem a autorização dos demais sócios.

- §1º É expressamente proibido aos membros da administração o uso da denominação social em negócios, avais, fianças, garantias, abonos ou endossos estranhos aos objetivos e fins da sociedade ou de favor, salvo nos casos previstos neste contato, sendo nulos tais atos em relação à sociedade.
- §2º Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal a titulo de "prólabore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.
- §3º Nos termos do artigo 1.061 da Lei 10.406/2002, deliberam os sócios que a sociedade poderá manter administrador não sócio.
- §4º Compete aos ADMINISTRADORES, a prática de todos os atos de administração e gestão necessários ao funcionamento da sociedade, com poderes, inclusive, para contrair obrigações, adquirir, alienar, caucionar ou ordenar bens sociais, transigir e renunciar direitos, quando julgar conveniente aos interesses da sociedade, e, ainda:
- Zelar pela observância e cumprimento das leis vigentes, normas contratuais, deliberações dos sócios quotistas e formular, com base nestas, as diretrizes e critérios operacionais da sociedade;
- Representar a sociedade, ativa ou passivamente em juízo ou fora dele, inclusive II) perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais, municipais e respectivas autarquias e entidades paraestatais;

Constituir procuradores, especificando nos instrumentos os atos e operações que III)

poderão praticar.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 10/07/2017

Arquivamento 20177891009 Protocolo 177891009 de 14/06/2017

Nome da empresa GAMBATTO CI VEICULOS LTDA NIRE 42203588287

Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx Chancela 141810633725460

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/07/2017 por Henry Goy Petry Neto - Secretario-geral;



10/07/2017

CLÁUSULA QUARTA

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Consolida-se o contrato social e alterações posteriores, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Art. 1º A sociedade girará sob o nome empresarial de GAMBATTO C1 VEÍCULOS LTDA, e terá sua sede e domicílio na Rua Sicilia, nº 73-D, Centro, na cidade de Chapecó. Estado de Santa Catarina, CEP 89805-020.

Parágrafo único - A sociedade poderá a qualquer tempo abrir ou fechar filiais, ou outras dependências mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Art. 2º - A sociedade tem por objeto social principal a exploração das atividades de:

- a) Comércio varejista de automóveis novos e usados;
- b) Comércio varejista de peças, acessórios e lubrificantes para automóveis;
- c) Manutenção e reparação de automóveis.

Art. 3º - A sociedade iniciou suas atividades em 02 de maio de 2005 e sua duração será por tempo indeterminado, não se dissolvendo por morte, interdição ou insolvência de quaisquer dos sócios, ficando os sucessores respectivos, sub-rogados em seus direitos na sociedade.

Art. 4° - Funda-se a Filial nº 01 com endereço na Rodovia RS 324 Km 119, nº 3480, Bairro Boqueirão, CEP 99032-680, na cidade de Passo Fundo, Estado de Rio Grande do Sul, tendo a mesma denominação social e o mesmo ramo de atividade da matriz,inscrita no CNPJ sob n. 07.297.646/0002-02 e registrada na Junta Comercial do Rio Grande do Sul sob n. .43901248920 em 20/06/2007.

Art.5° - Funda-se a Filial nº. 02 com endereço na Rua David José Martins, nº. 567, Centro, CEP 99032-680, na cidade de Ijuí, Estado de Rio Grande do Sul, tendo a mesma denominação social e o mesmo ramo de atividade da matriz, inscrita no CNPJ n. 07.297.646/0003-93 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob n. 43901525397 em 14/02/2011.

Parágrafo Primeiro – Destina-se de capital social para a Filial n. 01 a importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) desmembrado da Matriz.

Parágrafo Segundo - Destina-se de capital social para a Filial n. 02 a importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) desmembrado da Matriz.

10/07/2017

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina Certifico o Registro em 10/07/2017

Arquivamento 20177891009 Protocolo 177891009 de 14/06/2017

Nome da empresa GAMBATTO C1 VEICULOS LTDA NIRE 42203588287

Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacao.Documentos/autenticacao.aspx Chancela 141810633725460

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/07/2017

por Henry Goy Petry Neto - Secretario-geral;

w

<u>CAPÍTULO II</u> <u>DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL</u>

Art. 6º O Capital Social de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) totalmente subscrito e integralizado, está assim representado:

COTISTAS	PARTIC.	PARTICIP. R\$	VALOR DA COTA R\$	QTDE. DE COTAS
IZAIR JOSÉ GAMBATTO	80,00	480.000,00	1,00	480.000
GILSON SBEGHEN	10.00	60.000,00	1,00	60.000
ROSA MARIA DE MARCO	10,00	60.000,00	1,00	60.000
TOTAL	100,00	600.000,00		600.000

Parágrafo único – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Art. 7º - O capital social poderá ser aumentado por decisão dos sócios, sendo que até 30 (trinta) dias após a sua deliberação, os sócios terão preferência para participar no aumento na proporção de sua participação, observado o disposto no art. 6°.

Parágrafo único – Pode a sociedade reduzir o capital social após integralizado, se houver perda irrecuperável ou se excessivo em relação ao objeto da sociedade, mediante a correspondente modificação do contrato social.

- Art. 8º As quotas do capital são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.
- §1º Na comunicação de que se trata o parágrafo anterior, o sócio cedente deverá indicar as condições e o preço para a cessão, sendo que este último não poderá ser superior ao valor patrimonial apurado em balanço patrimonial levantado até 60 (sessenta) dias antes da oferta.
- §2° Se nenhum dos sócios, nem a própria sociedade, usar o direito de preferência que lhes é assegurado, neste artigo fica livre ao sócio ceder suas quotas a terceiros.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 9º As quotas sociais e todos os direitos a elas inerentes, são declaradas impenhoráveis e não sujeitas à execução por dívida de qualquer natureza de seus titulares.

Art.10 A sociedade será administrada pelos sócios-cotistas:. IZAIR JOSÉ GAMBATTO, GILSON SBEGHEN e ROSA MARIA DE MARCO, todos já qualificados, cabendo-lhes representá-la isoladamente em juízo ou fora dele, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 10/07/2017

Arquivamento 20177891009 Protocolo 177891009 de 14/06/2017

Nome da empresa GAMBATTO C1 VEICULOS LTDA NIRE 42203588287

Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx

Chancela 141810633725460
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/07/2017
por Henry Goy Petry Neto - Secretario-geral;



10/07/2017

obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem a autorização dos demais sócios.

- §1º É expressamente proibido aos membros da administração o uso da denominação social em negócios, avais, fianças, garantias, abonos ou endossos estranhos aos objetivos e fins da sociedade ou de favor, salvo nos casos previstos neste contato, sendo nulos tais atos em relação à sociedade.
- §2º Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal a titulo de "prólabore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.
- §3º Nos termos do artigo 1.061 da Lei 10.406/2002, deliberam os sócios que a sociedade poderá manter administrador não sócio.
- Art.11 Compete aos administradores, a prática de todos os atos de administração e gestão necessários ao funcionamento da sociedade, com poderes, inclusive, para contrair obrigações, adquirir, alienar, caucionar ou ordenar bens sociais, transigir e renunciar direitos, quando julgar conveniente aos interesses da sociedade, e, ainda:
- I) Zelar pela observância e cumprimento das leis vigentes, normas contratuais, deliberações dos sócios quotistas e formular, com base nestas, as diretrizes e critérios operacionais da sociedade;
- II) Representar a sociedade, ativa ou passivamente em juízo ou fora dele, inclusive perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais, municipais e respectivas autarquias e entidades paraestatais;
- III) Constituir procuradores, especificando nos instrumentos os atos e operações que poderão praticar.
- Art.12 Nas deliberações, os Administradores adotarão preferencialmente a forma estabelecida no § 3º do artigo 1.072 do Código Civil (Lei n. 10.406/2002).

CAPÍTULO IV

DA DISSOLUÇÃO, SUCESSÃO, RETIRADA E REEMBOLSO

- Art.13 Os sócios com quotas representativas de 70% do capital social integralizado poderão deliberar pela incorporação, fusão, cisão, dissolução ou cessação de liquidação da sociedade.
- Art.14 É reconhecido aos sócios quando representarem mais da metade do capital social o direito de promoverem, mediante simples alteração do contrato social, a exclusão de sócio culpado de grave violação dos deveres associativos, como previstos nos termos do artigo 1.085 da Lei 10.406/2002.
- Art.15 Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse deste ou do(s) sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 10/07/2017 Arquivamento 20177891009 Protocolo 177891009 de 14/06/2017

Nome da empresa GAMBATTO C1 VEICULOS LTDA NIRE 42203588287

Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx Chancela 141810633725460

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/07/2017 por Henry Goy Petry Neto - Secretario-geral;



10/07/2017

na situação patrimonial na data da resolução, verificado em balanço especialmente levantado.

- §1º O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a cada sócio.
- §2º O total a ser reembolsado será pago em 12 (doze) parcelas mensais, consecutivas e iguais, corrigidas anualmente com base nos índices de variação do IGPM-FGV.
- §3º Fica, entretanto, mediante consenso entre as partes, ajustar outras condições para pagamento do valor do reembolso, desde que não afetem a situação econômico-financeira da sociedade.

CAPÍTULO V

DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E RESULTADOS

- Art.16 O exercício social terá a duração de um ano, iniciando-se no dia 01 de janeiro e terminando no dia 31 de dezembro, data em que anualmente será levantado o inventário, balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico.
- §1º Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço do resultado econômico.
- §2º O resultado econômico apurado, para sua destinação, depende de deliberação dos sócios, mas a critério da Diretoria poderão ser levantados balanços intermediários, à medida que entenderem necessário.
- §3º Os sócios cotistas poderão distribuir lucros intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros, existentes no último balanço anual ou balancetes intermediários.
- §4º Depois de feitas as deduções legais, inclusive a provisão para imposto de renda, e da contribuição social sobre o lucro, o resultado, lucro ou prejuízo, apurado em cada exercício social, ou em balanço intermediário, terá a aplicação que for dada pelos sócios, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social.
- §5º Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso.

CAPÍTULO VI

DAS MODIFICAÇÕES SOCIAIS

Art.17 As modificações sociais que impliquem em alteração contratual, para designação ou destituição de administrador, sócio ou não, seguirão os dispositivos do Código Civil, capitulo IV, artigos 1052 a 1087.

f. 9

10/07/2017



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina Certifico o Registro em 10/07/2017

Arquivamento 20177891009 Protocolo 177891009 de 14/06/2017

Nome da empresa GAMBATTO C1 VEICULOS LTDA NIRE 42203588287

Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx Chancela 141810633725460

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/07/2017 por Henry Goy Petry Neto - Secretario-geral;

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.18 Fica eleito o foro da cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente contrato.

Art.19 A regência supletiva da sociedade limitada, nos casos não previstos no presente contrato será feita pelas normas da Sociedade Anônima de conformidade com o parágrafo único do artigo 1053 do Código Civil (Lei 10406/2002), exceto quanto a publicação dos atos na forma das sociedades anônimas.

Art. 20 O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Art.21 Os sócios declaram que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impecam de exercer atividade mercantil.

E, por estarem assim justos e contratados, os sócios quotistas assinam o presente instrumento em cinco vias, na presença de duas testemunhas que a todo o ato assistiram.

Chapecó - SC, 30 de novembro de 2015.

GAMBATTO RADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

ZAIR JOSÉ GAMBATTO Sócio-administrador

Silvia Biazi

CI: 4.006.770 SSP/SC

Testemunhas:

Kelone Maria Ripke. Rejane Maria Ripke

ROSA MARIA DE MARCO

CI 3.260.151 SSP/SC



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina Certifico o Registro em 10/07/2017

SBE

Arquivamento 20177891009 Protocolo 177891009 de 14/06/2017

Nome da empresa GAMBATTO C1 VEICULOS LTDA NIRE 42203588287

Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx Chancela 141810633725460

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/07/2017

por Henry Goy Petry Neto - Secretario-geral;

10/07/2017





NOME DA EMPRESA GAMBATTO CI VEICULOS LTDA 177891009 - 14/06/2017 PROTOCOLO

MATRIZ

NIRE 42203588287 CNPJ 07.297.646/0001-21 CERTIFICO O REGISTRO EM 10/07/2017 SOB N: 20177891009



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina Certifico o Registro em 10/07/2017 Arquivamento 20177891009 Protocolo 177891009 de 14/06/2017 Nome da empresa GAMBATTO C1 VEICULOS LTDA NIRE 42203588287 Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx Chancela 141810633725460 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/07/2017 por Henry Goy Petry Neto - Secretario-geral;

10/07/2017

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FI ADASTRO NACIO				
NÚMERO DE INSCRIÇÃ 07.297.646/0001-2 MATRIZ		COMPROVANTE D	E INSCRIÇÃO E D CADASTRAL	E SITUAÇ	ÃO DATA DE ABER 29/03/2005	TURA
NOME EMPRESARIAL GAMBATTO C1 VE	ICULOS L	ΓDA				
MONT BLANC	IMENTO (NOM	E DE FANTASIA)				PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO Não informada CÓDIGO E DESCRIÇÃO 206-2 - Sociedade LOGRADOURO R SICILIA	DA NATUREZA		NÚMERO 73 D	COMPLEME	NTO	
CEP 89.805-020		RO/DISTRITO TRO	MUNICÍPIO CHAPECO			UF SC
ENDEREÇO ELETRÔNIO ZICO@GAMBATTO			TELEFONE (49) 3321-90	000		
ENTE FEDERATIVO RES	PONSÁVEL (E	FR)				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA MOTIVO DE SITUAÇÃO					DATA DA SITUAÇÃO 29/03/2005	CADASTRAL
SITUAÇÃO ESPECIAL					DATA DA SITUAÇÃO	ESPECIAL

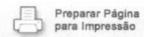
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 23/10/2019 às 11:10:54 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, <u>clique aqui</u>. <u>Atualize sua página</u>

53

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

07.297.646/0001-21

Razão Social: GAMBATTO C1 VEICULOS LTDA

Endereço:

AV FERNANDO MACHADO 3341 D / BELA VISTA / CHAPECO / SC / 89804-

000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/10/2019 a 20/11/2019

Certificação Número: 2019102203244457242739

Informação obtida em 23/10/2019 11:17:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: GAMBATTO C1 VEICULOS LTDA

CNPJ: 07.297.646/0001-21

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 11:35:01 do dia 26/06/2019 <hora e data de Brasília>. Válida até 23/12/2019.

Código de controle da certidão: **8F4D.ABFF.D954.930C** Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS COM EFEITO DE NEGATIVA

Nome: GAMBATTO C1 VEICULOS LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 07.297.646/0001-21

Certidão nº: 184785417/2019

Expedição: 25/09/2019, às 14:49:04

Validade: 22/03/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **GAMBATTO C1 VEICULOS LTDA**(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n°

07.297.646/0001-21, CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

0000063-86.2013.5.04.0663 - TRT 04ª Região **

** Débito com exigibilidade suspensa.

Total de processos: 1.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2°, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social):

GAMBATTO C1 VEICULOS LTDA

CNPJ/CPF:

07.297.646/0001-21

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: Número da certidão: Data de emissão:

Lei nº 3938/66, Art. 154 190140094379360 03/09/2019 16:46:21

Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei n

02/11/2019

15.510/11.):

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: http://www.sef.sc.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

DATA DA EMISSÃO:

5/161 / 2019	25/09/2019	24/12/2019
CPF / CNPJ:	NOME / RAZÃO SOCIA	AL:
07.297.646/0001-21	GAMBATTO C1 VEICU	LOS LTDA
INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 30210		
IVIDADE CNAE:		
4511101 - Comércio a varejo de automóveis, camio	netas e utilitários novos	
4530703 - Comércio a varejo de peças e acessórios	s novos para veículos automotores	
4520001 - Serviços de manutenção e reparação me	ecânica de veículos automotores	
ENDEREÇO / LOCALIZAÇÃO:		
Logradouro: SICILIA, 73 D	Complemento:	
Bairro: CENTRO	CEP: 89803-035	- No. of the contract of the c
AVISO:	*	
Não constam débitos vencidos em aberto, até o mo	mento.	

CÓDIGO DE CONTROLE DA CERTIDÃO

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências com base nos dados acima informado, relativas a tributos de competência do Município de

C1957161N8113D51

A autenticidade desta poderá ser confirmada na página da Município de Chapecó www.chapeco.sc.gov.br

Município de Chapecó

DESCRIÇÃO:

Chapecó

NÚMERO CERTIDÃO:

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 07297646000121

LIMPAR

Data da consulta: 23/10/2019 12:11:59

Data da última atualização: 23/10/2019 04:45:16

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro	encontrado					





Consulta de Impedidos de Licitar

Tipo documento	CNPJ ▼	Número documento	07297646000121
Nome			
Período publicação ; de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	

Pesquisar

NHUM ITEM ENCONTRADO PARA O CNPJ: 07297646000121!



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade



Certidão Negativa

Certifico que nesta data (23/10/2019 às 12:15) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 07.297.646/0001-21.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: http://www.cnj.jus.br através do número de controle: 5DB0.606A.A26F.1106



DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO CONFORME O PREJULGADO 9 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, E DE QUE A LICITANTE NÃO ESTÁ INCURSA NAS VEDAÇÕES DO INCISO III DO ART. 9° DA LEI FEDERAL 8.666/93.

A GAMBATTO C1 VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.297.646/0001-21, com sede à Rua Sicilia, 73D Centro no Município de Chapecó SC, neste ato representada pelo Sr. Gilson Sbeghen, portador do RG 1239462 e inscrito no CPF 563.271.379-20, DECLARA sob as penas da Lei, que os proprietários, dirigentes e/ou responsável técnico ou legal da referida empresa NÃO possuem grau de parentesco consanguíneo(cônjuges, companheiros ou parentes) ou afim, em linha reta, colateral ou por adoção até o 3º grau com as seguintes autoridades e servidores públicos:

Prefeito, Vice Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município.

Membros da Comissão de Licitações e Pregoeiros.

Ocupantes de cargo comissionado ou servidores efetivos com função gratificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados ou qualquer outra autoridade ligada à contratação, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta declaração. (Que possa caracterizar nepotismo, contrariando a orientação do Prejulgado 09 do TC/PR, Sumula Vinculante nº 13 do STF, Acórdão nº 2745/2010 do TCE-Tribunal Tribunal de Contas do Paraná; ressaltamos o entendimento firmado no TJPR Apelação Cível e Reexame Necessário nº 1273953-4/Paranavaí-PR-4ª Câmara Cível).

DECLARA, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade nº; instaurada pelo Município de Chopinzinho, que os proprietários, dirigentes e/ou responsáveis técnicos ou legal da referida empresa não são servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme disposto no inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

GILSON SBEGHEN DIRETOR Chapecó SC, 25 de Setembro de 2019

RECEBIMENTO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, recebi os presentes autos na **Divisão de Licitações e Contratos**.

Chopinzinho/PR, 29 de outubro de 2019.

Paulo E Dalsasso Agente Administrativo Divisão de Ligitações e Contratos



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

AUTORIZAÇÃO

Face ao constante dos autos, protocolado nesta Prefeitura sob o Memorando nº 3.211/2019 e considerando os preços de mercado, objeto da presente, autorizo firmar contrato de Serviços, através de processo de Dispensa de Licitação por Limite, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

As despesas decorrentes deverão onerar os recursos orçamentários das categorias econômicas, conforme dotações, abaixo:

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.02.082440018.2.051.3.3.90.39 (873) FONTE: 934

Por outro lado o impacto orçamentário-financeiro foi considerado no presente exercício e nos dois subsequentes, bem como tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Solicito a Divisão de Licitações e Contratos, preparação da minuta do instrumento de Dispensa de licitação e Contrato, nos termos da Lei nº 8.666/93.

Chopinzinho - PR, 29 de outubro de 2019.

Álvaro Dênis Ceni Scolaro Prefeito



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

(MINUTA) DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº____/2019

Processo nº 232/2019

O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO - PR, através da Comissão Permanente de Licitações, constituída pelo Decreto nº 001/2019, resolve realizar licitação na modalidade Dispensa de Licitação por Limite.

A presente Dispensa de Licitação por Limite está baseada no Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

I - DO OBJETO

- 1.1 A Secretaria Municipal de Assistência Social em sua solicitação protocolada sob o Memorando nº 3.211/2019 requer a Contratação de Empresa para Revisão do Veículo Aircross 1.6 Start Critoen Placa PBL-2240, conforme descrito no Anexo I Descrição dos Serviços e Preços Praticados, parte inseparável deste Edital, sendo este, portanto o Objeto desta Dispensa de Licitação por Limite.
- 1.2 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme Art. 65 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.
- 1.3 Quaisquer alterações no termo de contrato a ser firmado entre as partes, serão firmadas através de termo de aditamento.

II - DO JULGAMENTO

- 2.1 Contratação com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, sendo dispensada a realização de licitação para compras e serviços até o limite de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).
- 2.2 Juntadas no mínimo três propostas de fornecedores distintos a Comissão de Licitação julgará como melhor oferta àquela que apresentar menor preço e estiver em acordo com o Objeto citado no Item I e descrito no Anexo I deste Edital.

III - DETENTOR DA MELHOR OFERTA

ÍCULOS LTDA	
airro: Centro	
CEP: 89.805-020	U.F.: SC
RG: 1.239.462	SSP-SC
	airro: Centro CEP: 89.805-020



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

IV - DA HABILITAÇÃO

- 4.1.1 Afim da comprovação da Regularidade Jurídica a Licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (e a última alteração contratual), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- 4.1.2 Afim da comprovação da Regularidade Fiscal a Licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar:
- 4.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC).
- 4.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 4.1.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 4.1.2.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 4.1.2.5 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 4.1.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.
- 4.1.2.7 Declaração de inexistência de parentes na Administração Municipal, de acordo com o (Prejulgado 9 do Tribunal de Contas e do art. 9°, III, da lei 8666/93).
- 4.1.2.8 Comprovante de regularidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.
- 4.1.2.9 Comprovante de regularidade junto ao Cadastro de Impedidos de Licitar, junto ao TCE/PR.
- 4.1.2.10 Certidão junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade Conselho Nacional de Justiça CNJ.

V - DA RAZÃO DA ESCOLHA

5.1 – Optou-se pela contratação por Dispensa de Licitação devido à necessidade apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo em vista, que o Município de Chopinzinho requer a Contratação de Empresa para Revisão Veículo Aircross 1.6 Start - Critoen - Placa PBL-2240, conforme justificativa e termo de referência, em anexo.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ



- 5.2.1 "Inciso II" para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27/05/98).
- 5.2.2 O Decreto Nº 9.412, de 18 de Junho de 2018, atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o Art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desta forma o limite da Dispensa de Licitação é de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).
- 5.3 A Aquisição deste processo tem valor de R\$ 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais), portanto dentro do limite estabelecido anteriormente.

VI - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E A VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 6.1 A CONTRATADA se compromete a executar todos os serviços e troca de peças conforme Anexo I – Descrição dos Serviços e Preços Praticados, de acordo com orçamento fornecido pela mesma.
- 6.2 O prazo de execução do Contrato será de 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Contrato.
- 6.3 A vigência do contrato será de 90 (noventa) dias a partir da assinatura do Contrato.
- 6.4 Os serviços deverão ser todos de 1ª qualidade, e em seu preço deverá estar incluído todo e qualquer tipo de imposto, taxa ou outro encargo que possa incidir, desonerando-se o Contratante com relação a isso.

VII - DO PAGAMENTO

- 7.1 Fica estipulado o valor de R\$ 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.
- 7.2 O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal. O pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante depósito bancário em nome do proponente.

VIII – DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1 Conforme dispõe o artigo 67 da Lei nº 8.666/93:
- 8.1.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.
- 8.2 A Gestão do Contrato será de responsabilidade da Senhora Gislaine Tania Galeazzi CPF 054.423.769-22 e RG 8.746.699-0 Secretária Municipal de Assistência Social.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

8.3 - A fiscalização do contrato ficará a cargo da Senhora Marcia Rejane Niendicker - CPF 813.289.159-72 e RG 5.704.334-2 - Auxiliar Administrativo e como fiscal substituto o Senhor Jorcelio Farias - CPF 828.740.269-72 e RG 5.722.025-2.

IX - DO PROSSEGUIMENTO

9.1 – A Comissão de Licitação encaminha à Procuradoria Municipal e requer que seja, conhecida a necessidade de contratação, os autos sejam analisados e que a Procuradoria posicione-se em relação ao mérito emitindo Parecer Jurídico.

Chopinzinho - PR, ____/__/2019.

Álvaro Dênis Ceni Scolaro Prefeito

> Josiane Moschen Presidente da CPL



CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO **PARANÁ**

Anexo - I Descrição dos Serviços e Preços Praticados

Revisão do Veículo Aircross 1.6 Start - Critoen - Placa PBL-2240.

Item	Qtd	Uni	Descriminação do produto	V. Unit.	V. Total
			Revisão de veículo AIRCROSS 1.6 START - CITROEN 10.000 KM	R\$ 264,51	R\$ 264,51
01	01 01	01 unid	Junta de tampa de cárter	R\$ 2,59	R\$ 2,59
0.	"	a a a	Filtro óleo	R\$ 27,90	R\$ 27,90
			Óleo litro	R\$ 140,00	R\$ 140,00
			TOTAL R\$	R\$ 4	35,00





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

(MINUTA) CONTRATO Nº /2019

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO E A EMPRESA GAMBATTO C1 VEÍCULOS LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 76.995.414/0001-60, estabelecida na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, na cidade Chopinzinho - PR, representada por seu Prefeito, Senhor Álvaro Dênis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR, residente e domiciliado, na cidade de Chopinzinho - PR, ora denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: GAMBATTO C1 VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Sicília nº 73 D, Bairro: Centro, no município de Chapecó - PR, CEP: 89.805-020, inscrita no CNPJ: 07.297.646/0001-21, telefone (49) 3321-9000, e-mail: zico@bambatto.com.br, neste ato representado pelo Senhor Gilson Sbeghen, portador do CPF 563.271.379-20 e RG 1.239.462 SSP-SC, ora denominada CONTRATADA.

Por este instrumento de Contrato e de acordo com a Dispensa de Licitação nº /2019. Processo Licitatório nº 232/2019, as partes acima mencionadas tem contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Revisão do Veículo Aircross 1.6 Start - Critoen - Placa PBL-2240.

Item	Qtd	Uni	Descriminação do produto	V. Unit.	V. Total
			Revisão de veículo AIRCROSS 1.6 START - CITROEN 10.000 KM	R\$ 264,51	R\$ 264,51
01	01	unid	Junta de tampa de cárter	R\$ 2,59	R\$ 2,59
0,		uma	Filtro óleo	R\$ 27,90	R\$ 27,90
			Óleo litro	R\$ 140,00	R\$ 140,00
			TOTAL R\$	R\$ A	35,00

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Fica estipulado o valor de R\$ 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.

O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal. O pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante depósito bancário em nome do proponente.

A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme Art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

ÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO

As despesas financeiras com o objeto do presente Contrato serão empenhadas de acordo com dotação orcamentária: SECRETARIA MUNICIPAL ASSITÊNCIA SOCIAL: 08.02.082440018.2.051.3.3.90.39 (873) FONTE: 934

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO SERVIÇOS

A CONTRATADA se compromete a executar todos os serviços e troca de peças mencionadas na cláusula primeira deste contrato, de acordo com orçamento fornecido pela mesma.

O prazo de execução do Contrato será de 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA QUALIDADE

Os serviços deverão ser todos de 1ª qualidade, e em seu preço deverá estar incluído todo e qualquer tipo de imposto, taxa ou outro encargo que possa incidir, desonerando-se o Contratante com relação a isso.

A contratada fica obrigada à entregar os produtos e serviços de primeira qualidade sendo de responsabilidade da contratada o uso de equipamentos e profissionais qualificados.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de execução do Contrato será de 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Contrato.

A vigência do contrato será de 90 (noventa) dias a partir da assinatura do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

Da Contratada:

Os Serviços deverão ser todos de 1ª qualidade, e em seu preço deverá estar incluído todo e qualquer tipo de imposto, taxa ou outro encargo que possa incidir, desonerando-se o Contratante com relação a isso.

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no Processo de Licitação nº 232/2019 - Dispensa de Licitação nº____/2019, os documentos do Processo de Licitação e especificações do Contratante passam a fazer parte integrante do presente Termo de Contrato, independentemente de transcrição.

- § 1º A CONTRATADA, obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, devendo comunicar à Secretaria de Assistência Social, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente Contrato.
- § 2º A CONTRATADA, exime desde já, a CONTRATANTE, por quaisquer débitos de natureza trabalhista fiscal ou previdenciária, ou responsabilidade junto a órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como a quaisquer órgãos do setor privado, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.

Da Contratante:



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85 560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

Efetuar o pagamento ajustado.

Observar para que, durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas.

Parágrafo Único - A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Conforme dispõe o artigo 67 da Lei nº 8.666/93:

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

A Gestão do Contrato será de responsábilidade da Senhora Gislaine Tania Galeazzi - CPF 054.423.769-22 e RG 8.746.699-0 - Secretária Municipal de Assistência Social.

A fiscalização do contrato ficará a cargo da Senhora Marcia Rejane Niendicker - CPF 813.289.159-72 e RG 5.704.334-2 - Auxiliar Adminitrativo e como fiscal susbstituto o Senhor Jorcelio Farias - CPF 828,740,269-72 e RG 5,722,025-2.

CLÁUSULA NONA – DA TRANSFERÊNCIA

Fica vedada a CONTRATADA, sem anuência prévia e expressa do CONTRATANTE, a cessão ou transferência do presente Contrato, no todo ou em parte a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES

Os contratantes decidem aplicar aos contratos decorrentes desta Licitação, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei no 8.666/1993 e as seguintes penalidades:

- I advertência escrita quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.
- II advertência escrita com prazo para correção impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

- a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 0,5% (zero virgula por cento) do valor total do contrato;
- b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralisação injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do último faturamento mensal e



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do contrato, por parte da Contratada, nos termos da Lei n. 8.666/1993;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa praticada em conjunto com agente público.

IV - suspensão temporária da prestação de serviços - será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

V - rescisão do contrato - será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público.

VI - A rescisão do contrato, quando motivada por qualquer razão do subitem anterior, implicará a apuração de perdas e danos e a aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

VII - Os contratantes resolvem aplicar ao contrato gerado por esta licitação, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93.

Na aplicação das penalidades, observa-se as disposições constantes na Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

Na hipótese de a rescisão ocorrer por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que aquela teria direito.

Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres do Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento a inserção do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

O Presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei 8.666/93.

Parágrafo Único – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÃO



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Termo de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá passando a dele fazer parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos a luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Chopinzinho, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente por si e seus sucessores em quatro vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Chopinzinho - PR, _	1	/2019
OHOPHIZHING TIX, _		

Município de Chopinzinho Álvaro Dênis Ceni Scolaro - Prefeito Contratante

Gambatto C1 Veículos Ltda Gilson Sbeghen - Representante Legal Contratada

NOME: CPF:	NOME: CPF:
Testemunhas:	
Jorcelio Farias Fiscal Substituto	
Marcia Rejane Niendicker Fiscal do Contrato	
Gislaine Tania Galeazzi Gestora do Contrato	



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

Espécie: Extrato do Contrato nº ____/2019. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Gambatto C1 Veículos Ltda. CNPJ: 07.297.646/0001-21. Objeto: Contratação de Empresa para Revisão Aircross 1.6 Start - Critoen - Placa PBL-2240. Valor: R\$ 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais). Origem: Dispensa de Licitação nº____/2019. Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso II da Lei Federal 8.666/93. Elementos de despesa: (873) Fonte: 934. Data da assinatura: ____/2019. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Gilson Sbeghen, pela Empresa.





Memorando 6: 3.211/2019

Via 1/2	Chopinzinho/PR, 29 de Outubro de 2019 às 16:07
De:	Para:
SMA-LC - Licitações e Contratos Micheli Leticia Dietrich - Auxiliar Administrativo	PGM - Procuradoria Geral do Município
Esta documentação faz parte do Desp	pacho 6: 3.211/2019
O documento eletrônico contém assina	tura digital ICP-Brasil
Memorando 6: 3.211/2019	CHOPINZINHO
Via 2/2	Chopinzinho/PR, 29 de Outubro de 2019 às 16:07
De:	Para:
SMA-LC - Licitações e Contratos Micheli Leticia Dietrich - Auxiliar Administrativo	PGM - Procuradoria Geral do Município
Esta documentação faz parte do Desp	eacho 6: 3.211/2019
O documento eletrônico contém assinat	tura digital ICP-Brasil
TERMO DE ENTREGA	Nome legível:
Recebido em:	Assinatura:
/às:	RG/CPF:

Prefeitura de Chopinzinho - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811 Bairro São Miguel, CEP 85560-000 Horário de Atendimento: De segunda a sexta das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 * 1Doc * www.1doc.com.br

Impresso em 29/10/2019 16:07:26 por Micheli Leticia Dietrich - Auxiliar Administrativo

[&]quot;Motivação é a arte de fazer as pessoas fazerem o que você quer que elas façam porque elas o querem fazer." - Dwight Eisenhower

9F

RECEBIMENTO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, recebi os presentes autos na Procuradoria Geral do Município.

Chopinzinho/PR, 29 de outubro de 2019.

Maria Antonia Schizzi

Auxiliar Administrativa Decreto 433/2018

CONCLUSÃO

Aos 30 dias do mês de outubro do ano de 2019, faço estes autos concluso ao **Procurador Geral, Dr. Fábio Luiz Santin de Albuquerque** do que lavro o presente termo.

Maria Antonia Schizzi

Auxiliar Administrativa

Decreto 433/2018



Memorando 8: 3.211/2019



Via 1/2

Chopinzinho/PR, 12 de Novembro de 2019 às 16:56



De:

PGM-LIC - Licitação

Fábio Luiz Santin de Albuquerque - Procurador

Geral

Para:

SMAS - Secretaria de Assistência

Social

A/C Rosani Checelski - Secretária Municipal de

Assistencia Social

Esta documentação faz parte do Despacho 8: 3.211/2019

O documento eletrônico contém assinatura digital



Memorando 8: 3.211/2019



Via 2/2

Chopinzinho/PR, 12 de Novembro de 2019 às 16:56

De:

PGM-LIC - Licitação

Fábio Luiz Santin de Albuquerque - Procurador

Geral

Para:

SMAS - Secretaria de Assistência

Social

A/C Rosani Checelski - Secretária Municipal de

Assistencia Social

Esta documentação faz parte do Despacho 8: 3.211/2019

O documento eletrônico contém assinatura digital

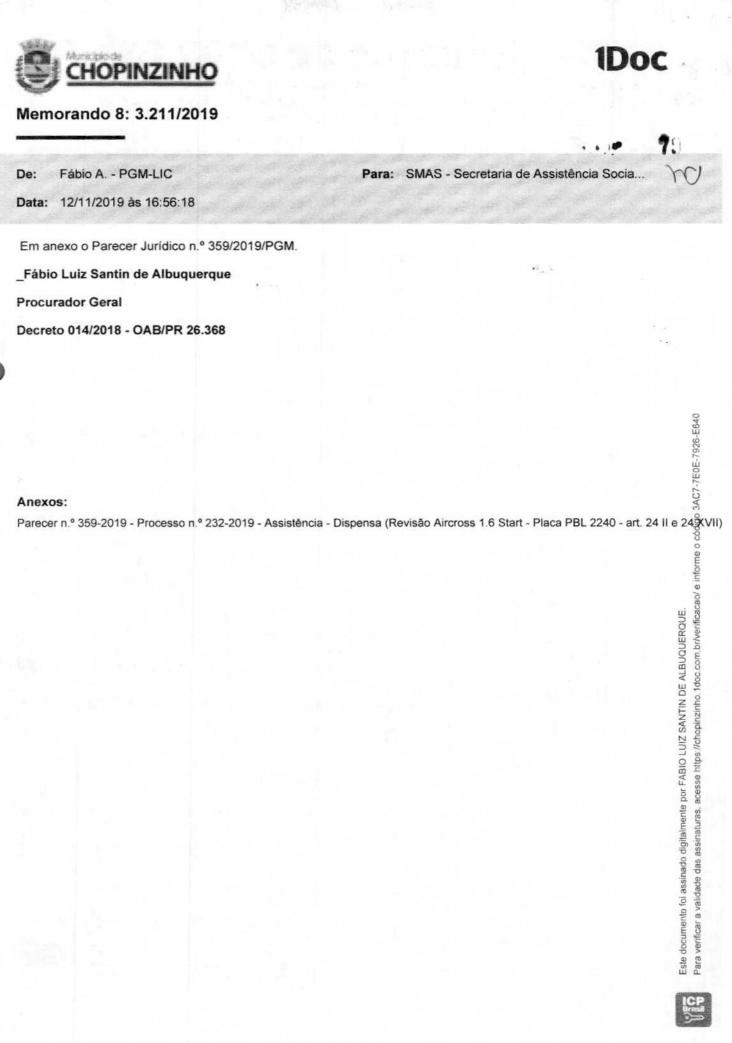
TERMO DE ENTREGA	Nome legível:
Recebido em: às:	Assinatura:
	RG/CPF:



Prefeitura de Chopinzinho - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811 Bairro São Miguel, CEP 85560-000 Horário de Atendimento: De segunda a sexta das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 • 1Doc • www.1doc.com.br



"Quer você acredite que consiga fazer uma coisa ou não, você está certo." - Henry Ford





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

PROCESSO N.º 232/2019

MEMORANDO 1DOC N.º 3.211/2019

PARECER JURÍDICO N.º 359/2019/PGM

REQUERENTE

: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

INTERESSADOS

: PREFEITO MUNICIPAL SECRETARIA DE FINANÇAS

CONTROLE INTERNO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ASSUNTO

: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVISÃO DO VEÍCULO AIRCROSS 1.6 START, CITRO-

EN, PLACA PBL 2240

EMENTA: LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVISÃO DO VEÍCULO AIRCROSS 1.6 START, CITROEN, PLACA PBL 2240. DISPENSA. POSSIBILIDADE, COM RECOMENDAÇÕES.

1 Do RETROSPECTO

Cuida-se do Processo Licitatório n.º 232/2019, pelo qual a Secretaria de Assistência Social pretende a contratação direta da Gambatto C1 Veículos Ltda., mediante dispensa, para serviços de revisão no veículo Aircross 1.6 Start Citroen, Placa PBL 2240, ao custo de R\$ 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais).

Os autos, contendo 76 (setenta e seis) páginas, foram regularmente formalizados e encontram-se instruídos com os seguintes documentos:

- a) Decreto Municipal 001/2019, que nomeia a Comissão Permanente de Licitações (fl. 03);
 - b) Solicitação e Termo de Referência (fls. 04/07);
- c) Orçamentos: (i) Gambatto C1 Veículos Ltda., ao preço de R\$ 435,00; (ii) Wlademir Alberto Waszczuk e Cia. Ltda., ao preço de R\$ 446,00 e; (iii) Araldi Comércio de Peças para Veículos Ltda. - ME, ao preço de R\$ 454,00 (fls. 08/11);
- d) Autorização do Prefeito Municipal para a abertura do procedimento licitatório (fls. 12);
 - e) Parecer da Presidenta da Comissão Permanente de Licitações (fls. 13);
 - f) Parecer da Secretaria de Finanças (fls. 14);
- g) Contrato de Concessão firmado entre a Peugeot Citroen do Brasil Automóveis Ltda. e a Gambatto C1 Veículos Ltda. (fls. 15/42);

Página 1 de 9









ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Rt 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.govi Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ



h) Gambatto C1 Veículos Ltda.: Quinta Alteração Contratual, Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa, Certidão Negativa do Estado de Santa Catarina, Certidão Negativa do Município de Chapecó/SC, Cadastro do Portal de Transparência, Cadastro de Impedidos de Licitar e Contratar do TCE/PR, Certidão Positiva de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça e Declaração de não Parentesco e de que não está Incurso nas Vedações do Inc. III do Art. 9º da Lei 9.666/93 (fls. 44/61);

- i) Autorização do Prefeito Municipal para a preparação da minuta do instrumento convocatório de dispensa (fls. 63);
- j) Minutas do Edital de Dispensa, Contrato e Extrato de Publicação, elaborados pela Divisão de Licitações e Contratos (fls. 64/74);

Os autos ingressaram nesta Procuradoria e foram encaminhados a este Procurador em 30/10/2019 (fls. 76).

É o relatório.

2 DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Do Campo de Análise do Parecer Jurídico

Nos termos do art. 38, inc. VI da Lei n.º 8.666/1993, o processo administrativo de contratação pública deve ser instruído, entres outros documentos, com "(...) pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade". O parágrafo único desse mesmo dispositivo estabelece, ainda, que "(...) as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração".

Sem embargo, não se incluem no âmbito desta análise os elementos técnicos ou discricionários pertinentes ao caso, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente.

2.2 DA OBRIGATORIEDADE DA CONTRATAÇÃO VIA LICITAÇÃO E SUAS EXCEÇÕES

Toda a vez que a Administração Pública pretende contratar terceiros para executar obras, prestar serviços e comprar, a regra é a licitação (art. 37, inc. XXI,¹ da CRFB/88) e a exceção a contratação direta, via dispensa ou inexigibilidade.

^{1 &}quot;Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições Página 2 de 9





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

O procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido pelo Poder Público.

Entretanto, a própria Carta Magna, em seu art. 37, XXI, ao fazer a exigência da licitação, ressalva "os casos especificados na legislação", abre a possibilidade da lei ordinária fixar hipóteses para estabelecer exceções à regra de licitar.

Essas exceções estão previstas nos artigos 24 e 25 da Lei n.º 8.666/93, que tratam, respectivamente, sobre os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Partindo-se da premissa que a regra é a licitação e a exceção a contratação direta, necessário diferenciar as formas de contratação direta, as quais foram resumidas pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 em inexigibilidade e dispensa.

De forma muito didática, Fernanda Marinela assim as distingue:

"Quando a disputa for inviável, o certame será inexigível. De outro lado, a dispensa pressupõe uma licitação 'exigível' que só não ocorrerá por vontade do legislador. Em termos práticos, o administrador deverá verificar primeiramente se a licitação é exigível ou inexigível, conforme a possibilidade ou não de competição. Sendo assim, afastada a inexigibilidade, passará a verificar a presença dos pressupostos de dispensa da licitação."2

Passa-se, doravante, à análise do caso concreto.

2.3 DA ANÁLISE DO CASO CONCRETO

A Secretaria de Assistência Social pretende a contratação direta da Gambatto C1 Veículos Ltda., mediante dispensa, para serviços de revisão no veículo Aircross 1.6 Start Citroen, Placa PBL 2240, ao custo de R\$ 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais).

2.3.1 DA AUTORIDADE COMPETENTE

O Prefeito Municipal autorizou a abertura do procedimento licitatório e, depois, a contratação através do processo de dispensa (fls. 12 e 63).

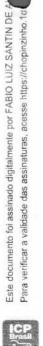
2.3.2 DA JUSTIFICATIVA

Extrai-se da Justificativa:

efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;"

MARINELA, Fernanda. Direito administrativo. 7 ed. Niterói: Impetus, 2013, p. 465.

Página 3 de 9









Município de Chopinzinho ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Migue CHOPINZINHO PARANÁ

"O presente documento consubstancia-se na necessidade da realização de serviços de revisão no veículo AIRCROSS 1.6 START - CITROEN, placa PBL - 2240 de propriedade da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Conforme o que consta no manual de manutenção e garantia do referido veículo, o cliente terá direito, gratuitamente, a garantia de manutenção durante o período de 36 (trinta e seis) meses a partir da data de entrega registrada no manual de garantia.

Entretanto a revisão não tem gratuidade, sendo necessário processo licitatório para o mesmo, assim para que não se perca a garantia da mesma no período de 36 (trinta e seis) meses a partir da data de entrega registrada no manual de garantia do automóvel ou por até 10.000 Km (dez mil quilômetros); o que ocorrer primeiro, a serviços exclusivos que irão garantir tranquilidade em todo o território nacional, deve ser feito a revisão conforme solicitado no plano de manutenção e revisão do veículo.

Justifico, ainda, a limitação da contratação em relação à demais concessionárias, haja vista que a manutenção deve ser feita em rede CITROEN AUTORIZADA.

Considerando que para emissão de orçamento a respeito da revisão do referido veículo, temos que levar o mesmo até cada concessionária autorizada, gerando gastos com combustível e diária de motorista, juntamos ao pedido orçamento de duas outras mecânicas oriundos do nosso município; que não são autorizadas pela rede CITROEN, mas que puderam analisar o veículo e confirmar quais as carências do mesmo bem como justificar o valor dos serviços.

Portanto com intento de garantir maior segurança do público usuário e de garantir a preservação do patrimônio da administração pública solicitamos a procedência do pedido, devendo a contratação observar a dotação orçamentária disponível e a modalidade em que melhor se enquadrar." (fls. 05/06)

Sob o ponto de vista técnico-jurídico, a justificativa apresentada pela Secretaria contempla motivos legítimos e benefícios resultantes da contratação.

2.3.3 DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

As especificações mínimas dos serviços de revisão que a Administração pretende realizar no veículo Aircross 1.6 Start Citroen, Placa PBL 2240, são claras, objetivas e vinculadas às necessidades apontadas e, ao mesmo tempo, não indicam direcionamento (fls. 05/07).

2.3.4 DA MODALIDADE

Agiu com acerto a Presidenta da Comissão Permanente de Licitações ao emitir parecer favorável à contratação direta, via dispensa (fl. 13).

Nos termos da Justificativa apresentada pela Secretaria Solicitante, o veículo Aircross 1.6 Start Citroen, Placa PBL 2240 está na garantia e as revisões devem ser realizadas em concessionárias autorizadas.

Os serviços de revisão periódica de veículo não envolvem a aquisição de materiais, produtos ou gêneros disponibilizado por fornecedor exclusivo (inc. I); também não se trata de serviço técnico, de natureza singular, dentre aqueles descritos no art. 13, da Lei n.º 8.666/93 (inc. II); e, também, não envolve a contratação de profissional do setor artístico (inc. III). Logo,

Página 4 de 9





JOUEROUE



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

não se trata de hipótese de inexigibilidade de licitação (art. 25³ c/c o art. 13, 4 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Tanto é assim que foram anexados orçamentos de 03 (três) empresas: (i) Gambatto C1 Veículos Ltda., ao preço de R\$ 435,00; (ii) Wlademir Alberto Waszczuk e Cia. Ltda., ao preço de R\$ 446,00 e; (iii) Araldi Comércio de Peças para Veículos Ltda. – ME, ao preço de R\$ 454,00 (fls. 08/11).

Porém, em vista da contratação ser de R\$ 435,00, valor que não ultrapassa o limite de R\$ 17.600,00, a contratação direta, via dispensa, é possível, com base no art. 24, inc. II⁵ c/c o art. 23, inc. II, letra "a"⁶, ambos da Lei 8.666/93, com a redação atribuída pelo art. 1º do Decreto Federal n.º 9.412, de 18 de junho de 20187. Entende-se que nesse caso, o custo econômico da licitação seria superior ao benefício dela extraível.

Como escreve Marçal Justen Filho:

"A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades e mais rápido o procedimento licitatório quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública."8

Página 5 de 9





³ "Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes; II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública."

⁴ "Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a: I - estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos; II - pareceres, perícias e avaliações em geral; III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras; III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; IV - fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços; V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas; VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; VII - restauração de obras de arte e bens de valor histórico. VIII - (Vetado)."

^{5 &}quot;Art. 24. É dispensável a licitação: (...) II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;"

^{6 &}quot;Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação: (...) II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior: a) convite - até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);"

⁷ Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos: (...) II - para compras e serviços não incluídos no inciso I: a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);"

S JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 17 ed., rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 470.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.go
Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
CHOPINZINHO PARANÁ

Me)

No mais, a contratação, via dispensa, também é possível com fundamento no art. 24, XVII, da Lei 8.666/93:

"Art. 24. É dispensável a licitação: (...)

XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, <u>quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia."</u> (g.n.)

Nesse sentido, a Secretaria de Assistência Social justificou que "Conforme o que consta no manual de manutenção e garantia do referido veículo, o cliente terá direito, gratuitamente, a garantia de manutenção durante o período de 36 (trinta e seis meses) a partir da data de entrega registrada no manual de garantia" (fls. 05).

Além disso, depreende-se do Contrato de Concessão de fls. 15/42 que a Gambatto C1 Veículos Ltda. é concessionária autorizada da marca Peugeot Citroen do Brasil Automóveis Ltda.

Todavia, como o administrador público não está livre para contratar, ainda mais nas hipóteses de contratação direta, via dispensa, é necessário que certos requisitos sejam comprovados nos autos do processo de contratação direta.

Pela redação do art. 25, I c/c o art. 26, ambos da Lei n.º 8.666/93, para que a contração seja legal é necessário: a) que o contrato deve ser firmado com a própria empresa que prestará o serviço; b) justificativa da escolha; c) justificativa do preço; e, d) publicidade da contratação.

Passa-se ao exame desses requisitos

2.3.4.1 DAS EXIGÊNCIAS DO ART. 26, DA LEI N.º 8.666/93

2.3.4.1.1 DO CONTRATO A SER FIRMADO COM A PRÓPRIA EMPRESA QUE PRESTARÁ O SERVIÇO

De acordo com os documentos que constam dos autos, a Secretaria de Assistência Social pretende contratar a Gambatto C1 Veículos Ltda., CNPJ 07.297.646/0001-21, concessionária da marca Peugeot, a qual realizará os serviços de revisão periódica no veículo Aircross 1.6 Start Citroen, Placa PBL 2240.

2.3.4.1.2 DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

De acordo com o que consta da Justificativa (fls. 05/06), e dos demais documentos acostados aos autos, o veículo Aircross 1.6 Start Citroen, Placa PBL 2240 encontra-se na garantia de fábrica, ao passo que as revisões do veículo devem ser realizadas em concessionária autorizada da marca Peugeot.

A grande preocupação na interpretação das hipóteses de dispensa e inexigibilidade é a abrangência das expressões contidas no permissivo legal. Em verdade, trata-se de termos jurí-

Página 6 de 9



Este documento foi assinado digitalmente por FABIO LUIZ SANTIN DE A



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

dicos indeterminados, que concedem, em tese, certa margem de discricionariedade ao administrador.

A proporcionalidade é princípio de envergadura constitucional que decorre do devido processo legal em sua acepção substantiva. Tem por finalidade limitar a atuação do Poder Público a parâmetros constitucionalmente aceitáveis.

A proporcionalidade deve ser analisada levando-se em conta o trinômio necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito, que são conceitos parcelares que permitem a verificação da lisura e aceitabilidade de uma conduta estatal.

Pergunta-se, então:

- (a) há necessidade de revisão do veículo para que cumpra com o seu objeto? A revisão periódica é necessária à manutenção preventiva e corretiva do veículo, garantindo, assim, o seu perfeito funcionamento;
- (b) há adequação entre a medida tomada e fim almejado? Há um perfeito acoplamento entre a ação e o resultado? A revisão periódica, em concessionária autorizada pelo fabricante, mostra-se a escolha correta já que é a única maneira de se resguardar a garantia de fábrica, conforme Justificativa apresentada pela Secretaria às fls: 05/06;
- (c) há proporcionalidade em sentido estrito no que tange ao equilibrado custo benefício. As melhorias trazidas pela medida são superiores aos seus malefícios? Atendido na medida em que no orçamento repassado pela Gambatto C1 Veículos Ltda. refere-se à revisão do veículo Aircross 1.6 Start Citroen, Placa PBL 2240 e, se comparado com os demais orçamentos é o de menor valor (fls. 09).

2.3.4.1.3 DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A Secretaria juntou orçamentos da: (i) Gambatto C1 Veículos Ltda., ao preço de R\$ 435,00; (ii) Wlademir Alberto Waszczuk e Cia. Ltda., ao preço de R\$ 446,00 e; (iii) Araldi Comércio de Peças para Veículos Ltda. – ME, ao preço de R\$ 454,00 (fls. 08/11).

Além disso, os orçamentos encontram-se devidamente datados e com a completa identificação das empresas que os forneceram e no Termo de Referência (fls. 06) consta a informação de que a pesquisa de preços ficou a cargo da servidora Zeli Terezinha Soares de Freitas.

Não obstante, recomenda-se que a Secretaria inclua a data de emissão no orçamento de fls. 11, bem como atualize o orçamento da Gambatto C1 Veículos Ltda., tendo em vista que consta a data de validade da proposta em 17/10/2019 (fls. 08).

2.3.5 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Secretaria de Finanças emitiu parecer que há disponibilidade orçamentária para a contratação pretendida (F: 934) (fls. 14).

Página 7 de 9







ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel

CHOPINZINHO

PARANÁ

2.3.6 DA DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E EQUIPE DE APOIO

De acordo com o Decreto Municipal 001/2019, a Comissão Permanente de Licitações está formalmente constituída (fls. 03).

2.3.7 DA POSSIBILIDADE DE CONTRATAR A GAMBATTO C1 VEÍCULOS LTDA.

85.560-000

Dos autos constam os seguintes documentos da Contratada:

- a) habilitação jurídica: Quinta Alteração Contratual e Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (fls. 44/52);
- b) regularidade fiscal e trabalhista: Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa, Certidão Negativa do Estado de Santa Catarina, Certidão Negativa do Município de Chepecó/SC (fls. 53/57);
- c) ausência de impedimentos para contratar com a Administração Pública: Cadastro do Portal de Transparência, Cadastro de Impedidos de Licitar e Contratar do TCE/PR, Certidão Positiva de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça e Declaração de não Parentesco e de que não está Incurso nas Vedações do Inc. III do Art. 9º da Lei 9.666/93 (fls. 58/61).

No entanto, é necessário que a Divisão de Licitações e Contratos atualize o documento de fls. 56 (Certidão Negativa de Débitos do Estado de Santa Catarina).

2.3.8 DAS MINUTAS DO EDITAL E DO CONTRATO

As minutas do Edital e Anexos, além do Extrato de Publicação (fls. 64/74) atendem às exigências previstas no art. 24, II e art. 24, XVII c/c os artigos 26, 40 e 55 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Trazem seus elementos essenciais: sujeitos, objeto, condições de pagamento, dotação orçamentária, condições de revisão ou alteração do contrato, penalidades, rescisão e prazo de vigência de 90 (noventa) dias, contados da assinatura.

Finalmente, a Cláusula Oitava da minuta do Contrato (fls. 71) prescreve que a gestão da avença ficará a cargo da Secretária de Assistência Social, Sra. Gislaine Galeazzi e a fiscalização a cargo dos servidores Márcia Niendicker (titular) e Jorcélio Farias (substituto).

2.3.9 DAS PUBLICAÇÕES

A Divisão de Licitações e Contratos deverá garantir a devida publicidade do certame, através das publicações de praxe.

Página 8 de 9





PUQUERQUE



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

3 CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, a Procuradoria Geral do Município, não vê óbice no prosseguimento do Processo Licitatório n.º 232/2019, instaurado pela Secretaria de Assistência Social, com o objetivo de contratar a GAMBATTO C1 VEÍCULOS LTDA. mediante dispensa, nos termos do art. 24. Il e art. 24, XVII, da Lei 8.666/93, para a revisão periódica no veículo Aircross 1.6 Start Citroen, Placa PBL 2240, ao custo de R\$ 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais), desde que atendidas as seguintes recomendações:

Secretaria de Assistência Social:

Recomendação 1: incluir a data de emissão no orçamento de fls. 11 (Araldi Comércio de Peças para Veículos Ltda. - ME);

Recomendação 2: atualizar o orçamento da Gambatto C1 Veículos Ltda., tendo em vista que consta a data de validade da proposta em 17/10/2019 (fls. 08); e, caso necessário, adequar o Termo de Referência e providenciar novo parecer da Secretaria de Finanças;

Recomendação 3: juntar aos autos a nota fiscal e fotos do hodômetro do veículo, de modo a comprovar que as revisões que serão realizadas são condizentes com as horas trabalhadas.

Divisão de Licitações e Contratos:

Recomendação 1: atualizar documento de fls. 56 (Certidão Negativa de Débitos do Estado de Santa Catarina);

Recomendação 2: providenciar as publicações de praxe.

A Divisão de Licitações e Contratos deverá fiscalizar e cumprir as recomendações acima, sem do desnecessário o retorno dos autos a esta Procuradoria, salvo requerimento fundamentado da Divisão contendo a questão jurídica a ser sanada.

Salvo melhor juízo, é o parecer. Submete-se à honrosa apreciação de Senhoria. Chopinzinho (PR), 12 de novembro de 2019.

> FÁBIO LUIZ SANTIN DE ALBUQUERQUE PROCURADOR GERAL DECRETO 014/2018 - OAB/PR 26.368

> > Página 9 de 9





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3AC7-7E0E-7926-E640

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ FABIO LUIZ SANTIN DE ALBUQUERQUE (CPF 913.910.409-53) em 12/11/2019 16:56:26 (GMT-03:00)

Emitido por: AC SOLUTI Multipla << AC SOLUTI << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 (Assinatura ICP-Brasil)
</p>

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação em https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código acima ou por meio do link abaixo:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3AC7-7E0E-7926-E640

311

REMESSA

Aos 13 dias do mês de novembro do ano de 2019, faço REMESSA dos presentes autos à **Secretaria Municipal de Assistência Social**, do que lavro o presente termo.

Maria Antonia Schizzi

Auxiliar Administrativa Decreto 433/2018



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

Memorando n. º 260/2019/SMAS

Chopinzinho, 20 de novembro de 2019.

AO SETOR DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Assistência Social vem através deste, se manifestar em relação ao despacho 359/2019, o qual faz algumas recomendações.

Assim, informo que a data de emissão de fls. 11 foi incluída, o orçamento da Gambatto C1 Veículos Ltda atualizado; termo de referência devidamente atualizado, além da junção da nota fiscal e fotos do hodômetro.

Sendo o que apresenta o momento, renovamos protestos de estima e consideração.

ROSANI CHECELSKI

Secretária Municipal de Assistência Social Decreto 483/2019 de 19/11/2019

PLIO EICL

VEICULO AIRCROSS PLACA PBL-2240 DEPTO ASSIST SOCIAL

QTD	PRODUTOS/SERVIÇOS	VL	R UNIT	VALC	OR TOTAL
1	ARRUELA CARTER	R\$	3,00	R\$	3,00
1	FILTRO OLEO MOTOR	R\$	29,00	R\$	29,00
4	OLEO MOTOR	R\$	38,00	R\$	152,00
	TOTAL PRODUTOS	-		RS	184,00
1	M.O REVISAO	R\$	270,00	R\$	270,00
	TOTAL SERVIÇOS			RS	270,00
_		-			
	TOTAL PRODUTOS/SERVIÇOS			RS	454,00

Araidi Comércio de Peças para Veiculos Ltda - ME

> Araldi Comércio de Peças para Velculos Ltda - ME CNPJ 27.707605/0001-73



Orçamento 0069207



GAMBATTO C1 VEICULOS LTDA - MONT BLANC CITROEN

Data de Abertura: 13/11/19

RUA SICÍLIA 73-D

CENTRO CHAPECÓ SC 89805020

TELEFONE: FAX: (0xx49) 3321 9090

07.297.646/0001-21

A MUNICIPIO DE CHOPINZINHO (0140272) 76.995.414/0001-60

Fone: (49) 32422848

Rua Quatorze de Dezembro, 3811 CASA - Centro

CEP 85.560-000

CHOPINZINHO - PR

Veiculo: 0121351

Placa: PBL-2240/PR

Chassi:935SUNFN1KB502861

Fab./Mod.: 1819

Modelo: AIRSTAR - AIRCROSS 1.6 START

Cor: BRANCA

Km: 0

Data Venda: 18/07/2018 O.S. Tipo: V1 - SERVIÇO CLIENTE

Renavam:

Seguradora:

Produtos	NCM	Descrição	AB(GL		, Qtde	VI. Unit.	VI. IPI	VI. ICMS Ret	VI. Desc.	Desc.(%)	VI. Totai
329 -	40169300	016488 JUNTA DE TAMPA DE CARTER CILINDRO	83	2		1,00	2,59	.00	.00	.00	,00	2,59
		CAR TER CIENTON			4							
49465	84219999	9818914980 FILTRO OLEO	A2	7		1,00	27,90	,00	.00	,00	,00	27,90
51495	27101932	OLEO 0W30 LITRO	B?	7		3,50	43.00	.00	.00	.00.	.00	150,50
				Total	de P	rodutos:	180,99	0,00	0,00	0,00		180,99
Serviços		Descrição	ABC	GL		Hora(s)	VI.Unit/Hrs	VI. IPI	VI. ICMS Ret	VI. Desc.	Desc.(%)	VI. Total
SR01		REVISAO DE 10.000 KM				1,00	144,00	,00,	.00,	,00	.00	144,00
				Total	de S	Serviços:	144,00					144,00

Total do Orçamento:

324,99

EXECUTAR SERVICO CONFORME ORCAMENTO

Validade da Proposta:

13/12/2019

Prazo de Entrega:

30 Dias

Condição de Pagamento:

30 - 60 DIAS

Observação:

Gambatto C1 Veiculos Ltda Gillhorm de Dima





E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

1.1. O presente processo tem por objeto a contratação de empresa especializada em manutenção e revisão de veículos, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:

Item	Qtd	Uni	Descriminação do produto	V. Unit.	V. Total
			Revisão de veículo AIRCROSS 1.6 START – CITROEN 10.000 KM	R\$144,00	R\$144,00
01	01	UNID	Junta de tampa de cárter	R\$2,59	R\$2,59
			Filtro óleo	R\$27,90	R\$27,90
			Óleo litro	R\$150,50	R\$150,50
			TOTAL R\$	R\$	324,99

JUSTIFICATIVA

O presente documento consubstancia-se na necessidade da realização de serviços de revisão no veículo AIRCROSS 1.6 START - CITROEN, placa PBL-2240 de propriedade da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Conforme o que consta no manual de manutenção e garantia do referido veículo, o cliente terá direito, gratuitamente, a garantia de manutenção durante o período de 36 (trinta e seis) meses a partir da data de entrega registrada no manual de garantia.

Entretanto a revisão não tem gratuidade, sendo necessário processo licitatório para o mesmo, assim para que não se perca a garantia da mesma no período de 36 (trinta e seis) meses a partir da data de entrega registrada no manual de garantia do automóvel ou por até 10.000 km (dez mil quilômetros); o que ocorrer primeiro, a serviços exclusivos que irão garantir tranquilidade em todo o território nacional, deve ser feito a revisão conforme solicitado no plano de manutenção e revisão do veículo.

Q.





E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

Justifico ainda, a limitação da contratação em relação à demais concessionárias, haja vista que a manutenção deve ser feita em rede CITROEN AUTORIZADA.

Considerando que para emissão de orçamento a respeito da revisão do referido veículo, temos que levar o mesmo até cada concessionária autorizada, gerando gastos com combustível e diária de motorista, juntamos ao pedido orçamento de duas outras mecânicas oriundos do nosso município; que não são autorizadas pela rede CITROEN, mas que puderam analisar o veículo e confirmar quais as carências do mesmo bem como justificar o valor dos serviços.

Portanto com intento de garantir maior segurança do público usuário e de garantir a preservação do patrimônio da administração pública solicitamos a procedência do pedido, devendo a contratação observar a dotação orçamentária disponível e a modalidade licitatória em que melhor se enquadrar.

DA MODALIDADE

3.1. Faz-se necessária a contratação de empresa para a revisão de veículo AIRCROSS - CITROEN, observando o menor preço global, sugere-se a modalidade dispensa de licitação por se tratar de contratação de pequeno valor.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

4.1. O prazo de execução será de 30 (trinta) dias e a vigência do contrato será de 90 (noventa) dias.

DO VALOR

5.1. Informa-se que a consulta de preços referente ao objeto do presente termo foi realizada pela servidora Zeli Teresinha Soares De Freitas, inscrita no CPF nº 603.268.599-34.

4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

O PAGAMENTO

6.1. O Pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após emissão de nota fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante depósito bancário em nome do proponente.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 O recurso a ser utilizado para custear a revisão do veículo será a fonte 934 Proteção Social Básica conta 23014-6.

DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Conforme dispõe o artigo 67 da Lei n° 8.666/93:

A execução do contrato deverá ser acompanhada e **fiscalizada** por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

- 8.2. Destarte, terá como gestora a Sra. Rosani Checelski, CPF 020.039.019-81 Chefe do Departamento de Assistência Social;
- 8.3. Atuará como fiscal do contrato a Sra. Marcia Rejane Niendicker, CPF
 813.289.159-72, Auxiliar Administrativo;
 - 8.4. Como substituto da fiscal o Sr. Jorcelio Farias, CPF 828.740.269-72.

Chopinzinho, 20 de novembro de 2019.

ROSANI CHECELSKI

Secretária Municipal de Assistência Social Decreto 483/2019 de 19/11/2019



												l.						~
RECERTATION OF PROCESS	T CITROEN	DO BRASIL AUTO	MOVEIS LTD	A. CS PRO	DUTOS CO	#STANT	es da	KTOK .	FISCA	L INDICA	DA AO LADO						NF-e	0)
DACA DE RECEBIMENTO	IDEN	TIFICAÇÃO E ASS	SINATURA IX	O RECEBERA)R											N°00040 SÉRIE 2		y
	A	PEUG	EOT C	ITROE!			SII	-		DA NO	ANFE TO AUXILIAR TRONICA	CONTRACTOR OF THE PERSONS ASSESSED.	CONTRACTOR					
		AV. RENATO								0 - EX 1 - SA	TRADA 2		DE ACESSO 318 0667 4059	3600 017	3 550	0 2000 40	29 7412 820	01 201
GROU	PE	POLO URBO 7 CEP: 275700		STRIAL -	- PORTO	REAL	/RJ			N°0004 SÉRIE 2 FOLEA	2	Weile .	ulta de auten nfe.fazenda.g rizadora					e
natureza da operaçã VENDA PROD. ES		C. P/NAO CO	NTRIBUI	NTE									COLO DE AUTORIZ 80090092578 1			25:45		
INSCRIÇÃO ESTADUAL		74047			insc.es	TADUAL	DO S	UBST.	TRIBU	TÁRIO			CRU	6	7.405	3.936/00	01-73	
estinatírio / remen nome/razão social SUBSECRETARIA		UNTOS ADMIN	VISTRATI	vos do	MINIS	TERI	O DC	0 0	_				CNP3/CPF 05.7	56.246/	0004-		ATA DA EMISS 28/06/	
ENDEREÇO QD, ST SAUN QU MUNICIPIO BRASILIA SECULO DO IMPOSTO	UADRA 3,	, BLOCC A S		•			POSE/	YAX			ASA NOR		Inscreção es		70040	902	ATA DA SATDA 29 DEZ ORA DE SATDA	201
BASE DE CÁLCULO DO	IOS	43.714,19	VALOR DO	ions .	 5	.245	,70	BASE	DE C	ÁLCULO DO	IOS ST	0,00	VALOR DO ICMS		0,00	VALOR TOTA	L DOS PRODUTE	3.16£
VALOR DO PRETE	0,00	VALOR DO SEGU		0,00 DES	SCONTO			0,0	1	TRAS DESI	PESAS ACESSO	0,00	VALOR DO IPI	5.25	1,25	VALOR TOTA		8.418
The same of the sa	.703,81	VALOR ICHS D		51/60 54,46	b DIVISA	o-conv	51/0	74,		MALOR PIS	1.050,	1000771	s corins 5.041,		PIS-ST	0,00	VALOR COFIN	s-sT C
RAZÃO SOCIAL GEFCO LOGISTIO ENDEREÇO						- 1		FOR Emi	MUNIC	e	TER COL		PLACA D	o vstcuto	UF		CPF 094.658/0 TÃO ESTADUAL	004-4
Av.Renato Mon QUANTIDADE	ESPECT 1 UN	THE RESERVE OF THE PERSON NAMED IN		1	DARCA	50 7			PORT	O REAL	eração			PESC	RJ BRUTO 1.24	10,000	8587431 PESO LIC	
OCAL DE EMPRESE NOME PR41BUD01 CAR		L VEICULOS	100	NEJ/CEF 07.764.	.255/0	001-	70	EMDES R X		NOVEM	BRO,, 24	00 CUR	ITIBA					UI P
COD. PRCD.	7	DO PRODUTO /	SERVIÇO		N	CM/SE	CST	CFOP	מואט	GEDE	VL. UNC	TÁRIO	VL. TOTAL	BC.ICMS	T	VL. IONS	V. IPI	ALIQ.
CLASUCEC555LEC3WPP	1	Start 18/19	MARCH CIT	ROES MODE		032310	590	6107	UN		2 5	3166.75	53,166,75	43.71	4,19	5.245,	70 5.251,2	
	PASKICACO CARACIDAL CILLINDRAL CAMSIO MA NOMENCLAT DO CHASSI DO VERICU SOLIDOI — CODIGO DO HUMERO DO COR DO VE NUMERO DO NUMER	MOTOR: 10DGA	SIO 2019 C SAGEIROS 1 RA 115CV A FAS DIRECA SATRCROSS 2861 RENAV MC BANQUIS HOTOR 100 BUM	INCO PORTU 587 ICOOL 1220 O ELETRICI STARCHI NI RM 161742 E (BRANCO GREGOIL930	A SMERO COR		and the same of th	and the simple and the state of		•				Ł				en e l'annuel comme de la comm

DADOS ADICIONAIS

DIFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

INFORMAÇÕES CONTINUMTARES

.PEDIDO :944289 .LOCAL DE ENTREGA:PR41BUDDI CARRO FACIL VEICULOS LIDA R XV DE NOVEMBRO, 2400 CURTITBA 80045270 IM 10095002857. .O VEICULO SERA ENTREGUE POR INTERVENIENCIA DA CONCESSIORALAPR41BU CARRO FACIL VEICULOS LIDA R XX MED NOVEMBRO, 80045270 ALTO DA RUA XV CURTITBA 07764255001170 9035923460 PARA PREPARACAO E POSTERIOR ENTREGA AO CONSUMIDOR FINAL. NOM 87032310 EX 01 INSCRIPCAD ESTADUAL SUSTIFU TRIBUTARIO PROPSO1829-14 .RESOLUCAD DO SERADO FEDERAL 13/12 FCI NSO. . LEI DE TRANSPARENCIA FISCAL 12.741/12 .IMPOSTOS FEDERALS DE : 11342.7 .TMPOSTOS ESTADUALS DE : 7010.16.74TURPARENTO DIRETO ACONSUMIDOR - CONVENTO ICMS-051 DE15/09/00 E ALTERACOES POSTERIORES. .VAL.ICMS INTEGRAL= 7010.16 . BC ICMS REMET = 58418 X 4,83 = 43714.19 . 43714.19 X 12= 5245,7 . BC ICMS DESTINAI = 58418 X 25,17 = 14703,81 . 14703,81 X 12 = 1764,46 . REDUCAD DE ALIQUOTA DE 1. IFI, CONT. ANEMO II, ITEM 4, .DECRETO 7.819/2012BARSE DE CALCULO DO IPI REDUZIDA PARA R. 52512,47, NOS TERMOS DOARTIGO 20 DA LEI 10.485/02. PEDIDO GERADO POR OPV 2019NESO0460

RESERVADO AO FISCO

Declaramos que o veígulo acima esta asnão. retiredo nastadeta Cuntiba. posta oct optionaria Curtuba,

BARIGUI VELOULOS LTDAL



36



ESTADO DO PARANÁ CNPJ: 76.995.414/0001

Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

DATA: 21/11/2019

ORIGEM: SECRETARIA DE FINANÇAS

DESTINO: SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL / COMISSÃO PERMANENTE DE

LICITAÇÕES

REFERÊNCIA: DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO DE

SERVIÇOS MECANICOS DO VEICULO AIRCROSS.

VALOR: R\$ 324,99

Em atenção à solicitação formulada por Vossa Excelência, informamos as dotações orçamentárias constantes nas seguintes leis orçamentárias Lei n° 3.748/2018 – LOA, Lei n° 3.676/2017 – PPA (2018-2021).

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 08.02.082440018.2.051.3.3.90.39 (873) F: 934

Atenciosamente,

RODRIGO JAZYNSKI Contabilidade

LUCIANI MONTEIRO CENCI Finanças

1000

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.297.646/0001-21

Razão Social: GAMBATTO C1 VEICULOS LTDA

Endereço: AV FERNANDO MACHADO 3341 D / BELA VISTA / CHAPECO / SC / 89804-

000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:10/11/2019 a 09/12/2019

Certificação Número: 2019111001474172399317

Informação obtida em 21/11/2019 16:50:52

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social):

GAMBATTO C1 VEICULOS LTDA

CNPJ/CPF:

07.297.646/0001-21

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: Número da certidão: Data de emissão: Lei nº 3938/66, Art. 154 190140128899905 21/11/2019 16:53:04

Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei n

20/01/2020

15.510/11.):

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: http://www.sef.sc.gov.br





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 53/2019

Processo nº 232/2019

O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR, através da Comissão Permanente de Licitações, constituída pelo Decreto nº 001/2019, resolve realizar licitação na modalidade Dispensa de Licitação por Limite.

A presente Dispensa de Licitação por Limite está baseada no Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

I - DO OBJETO

- 1.1 A Secretaria Municipal de Assistência Social em sua solicitação protocolada sob o Memorando nº 3.211/2019 requer a Contratação de Empresa para Revisão do Veículo Aircross 1.6 Start Critoen Placa PBL-2240, conforme descrito no Anexo I Descrição dos Serviços e Preços Praticados, parte inseparável deste Edital, sendo este, portanto o Objeto desta Dispensa de Licitação por Limite.
- 1.2 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme Art. 65 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.
- 1.3 Quaisquer alterações no termo de contrato a ser firmado entre as partes, serão firmadas através de termo de aditamento.

II - DO JULGAMENTO

- 2.1 Contratação com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, sendo dispensada a realização de licitação para compras e serviços até o limite de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).
- 2.2 Juntadas no mínimo três propostas de fornecedores distintos a Comissão de Licitação julgará como melhor oferta àquela que apresentar menor preço e estiver em acordo com o Objeto citado no Item I e descrito no Anexo I deste Edital.

III - DETENTOR DA MELHOR OFERTA

EÍCULOS LTDA	
Bairro: Centro	
CEP: 89.805-020	U.F.: SC
	14-7
n	
RG: 1.239.462	SSP-SC
	Bairro: Centro CEP: 89.805-020





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

IV - DA HABILITAÇÃO

- 4.1.1 Afim da comprovação da Regularidade Jurídica a Licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (e a última alteração contratual), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- 4.1.2 Afim da comprovação da Regularidade Fiscal a Licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar:
- 4.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC).
- 4.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 4.1.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 4.1.2.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 4.1.2.5 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 4.1.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.
- 4.1.2.7 Declaração de inexistência de parentes na Administração Municipal, de acordo com o (Prejulgado 9 do Tribunal de Contas e do art. 9°, III, da lei 8666/93).
- 4.1.2.8 Comprovante de regularidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.
- 4.1.2.9 Comprovante de regularidade junto ao Cadastro de Impedidos de Licitar, junto ao TCE/PR.
- 4.1.2.10 Certidão junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade Conselho Nacional de Justiça CNJ.

V - DA RAZÃO DA ESCOLHA

5.1 – Optou-se pela contratação por Dispensa de Licitação devido à necessidade apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo em vista, que o Município de Chopinzinho requer a Contratação de Empresa para Revisão Veículo Aircross 1.6 Start - Critoen - Placa PBL-2240, conforme justificativa e termo de referência, em anexo.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 5.2 Com base no disposto no Art. 24 da Lei 8666/93 é facultado a Administração Pública optar pela contratação por Dispensa de Licitação.
- 5.2.1 "Inciso II" para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27/05/98).
- 5.2.2 O Decreto Nº 9.412, de 18 de Junho de 2018, atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o Art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desta forma o limite da Dispensa de Licitação é de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).
- 5.3 A Aquisição deste processo tem valor de R\$ 324,99 (trezentos e vinte e quatro reais e noventa e nove centavos), portanto dentro do limite estabelecido anteriormente.

VI - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E A VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 6.1 A CONTRATADA se compromete a executar todos os serviços e troca de peças conforme Anexo I – Descrição dos Serviços e Preços Praticados, de acordo com orçamento fornecido pela mesma.
- 6.2 O prazo de execução do Contrato será de 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Contrato.
- 6.3 A vigência do contrato será de 90 (noventa) dias a partir da assinatura do Contrato.
- 6.4 Os serviços deverão ser todos de 1ª qualidade, e em seu preço deverá estar incluído todo e qualquer tipo de imposto, taxa ou outro encargo que possa incidir, desonerando-se o Contratante com relação a isso.

VII - DO PAGAMENTO

- 7.1 Fica estipulado o valor de R\$ 324,99 (trezentos e vinte e quatro reais e noventa e nove centavos)para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.
- 7.2 O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal. O pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante depósito bancário em nome do proponente.

VIII – DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1 Conforme dispõe o artigo 67 da Lei nº 8.666/93:
- 8.1.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.
- 8.2 A Gestão do Contrato será de responsabilidade da Senhora Rosani Checelski CPF 020.039.019-81 - Secretária Municipal de Assistência Social.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

8.3 - A fiscalização do contrato ficará a cargo da Senhora Marcia Rejane Niendicker - CPF 813.289.159-72 e RG 5.704.334-2 - Auxiliar Administrativo e como fiscal substituto o Senhor Jorcelio Farias - CPF 828.740.269-72 e RG 5.722.025-2.

IX - DO PROSSEGUIMENTO

9.1 – A Comissão de Licitação encaminha à Procuradoria Municipal e requer que seja, conhecida a necessidade de contratação, os autos sejam analisados e que a Procuradoria posicione-se em relação ao mérito emitindo Parecer Jurídico.

Chopinzinho - PR, 22 de novembro de 2019.

Alvaro Dênis Ceni Scolaro Prefeito-

> Josiane Moschen Presidente da CPL



CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO **PARANÁ**

Anexo - I Descrição dos Serviços e Preços Praticados

Revisão do Veículo Aircross 1.6 Start - Critoen - Placa PBL-2240.

Item	Qtd	Uni	Descriminação do produto	V. Unit.	V. Total
			Revisão de veículo AIRCROSS 1.6 START - CITROEN 10.000 KM	R\$ 144,00	R\$ 144,00
01 01	01	01 unid Junta de tampa de cárter	Junta de tampa de cárter	R\$ 2,59	R\$ 2,59
			Filtro óleo	R\$ 27,90	R\$ 27,90
		Óleo litro	Óleo litro	R\$ 150,50	R\$ 150,50
			TOTAL R\$	R\$ 3	24,99



CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 53/2019

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento e da Procuradoria Municipal, que apuraram o resultado do Processo de Dispensa de Licitação por Limite nº 53/2019, eu, ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO, Prefeito, torno pública a RATIFICAÇÃO do procedimento em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto da seguinte forma:

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL R\$
GAMBATTO C1 VEÍCULOS LTDA	07.297.646/0001-21	R\$ 324,99

Conforme proposta.

É a decisão.

Gabinete do Prefeito de Chopinzinho - PR, 22 de novembro de 2019.

Álvaro Dênis Ceni Scolaro Prefeito



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

Espécie: Extrato do Contrato nº 423/2019. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Gambatto C1 Veículos Ltda. CNPJ: 07.297.646/0001-21. Objeto: Contratação de Empresa para Revisão Aircross 1.6 Start - Critoen - Placa PBL-2240. Valor: R\$ 324,99 (trezentos e vinte e quatro reais e noventa e nove centavos). Origem: Dispensa de Licitação nº 53/2019. Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso II da Lei Federal 8.666/93. Elementos de despesa: (873) Fonte: 934. Data da assinatura: 22/11/2019. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Gilson Sbeghen, pela Empresa.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

CONTRATO Nº 423/2019

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO E A EMPRESA GAMBATTO C1 VEÍCULOS LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 76.995.414/0001-60, estabelecida na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, na cidade Chopinzinho – PR, representada por seu Prefeito, Senhor Álvaro Dênis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR, residente e domiciliado, na cidade de Chopinzinho – PR, ora denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: GAMBATTO C1 VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Sicília nº 73 D, Bairro: Centro, no município de Chapecó – PR, CEP: 89.805-020, inscrita no CNPJ: 07.297.646/0001-21, telefone (49) 3321-9000, e-mail: zico@bambatto.com.br, neste ato representado pelo Senhor Gilson Sbeghen, portador do CPF 563.271.379-20 e RG 1.239.462 SSP-SC, ora denominada CONTRATADA.

Por este instrumento de Contrato e de acordo com a Dispensa de Licitação nº 53/2019, Processo Licitatório nº 232/2019, as partes acima mencionadas tem contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Revisão do Veículo Aircross 1.6 Start - Critoen - Placa PBL-2240.

Item	Qtd	Uni	Descriminação do produto	V. Unit.	V. Total
			Revisão de veículo AIRCROSS 1.6 START - CITROEN 10.000 KM	R\$ 144,00	R\$ 144,00
01 0	01	unid	Junta de tampa de cárter	R\$ 2,59	R\$ 2,59
			Filtro óleo	R\$ 27,90	R\$ 27,90
			Óleo litro	R\$ 150,50	R\$ 150,50
			TOTAL R\$	R\$ 32	24.99

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Fica estipulado o valor de R\$ 324,99 (trezentos e vinte e quatro reais e noventa e nove centavos) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.

O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal. O pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante depósito bancário em nome do proponente.

A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme Art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Mely

l'ações posteriores.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO

As despesas financeiras com o objeto do presente Contrato serão empenhadas de acordo com dotação orçamentária: SECRETARIA MUNICIPAL ASSITÊNCIA SOCIAL: 08.02.082440018.2.051.3.3.90.39 (873) FONTE: 934

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO SERVIÇOS

A CONTRATADA se compromete a executar todos os serviços e troca de peças mencionadas na cláusula primeira deste contrato, de acordo com orçamento fornecido pela mesma.

O prazo de execução do Contrato será de 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA QUALIDADE

Os serviços deverão ser todos de 1ª qualidade, e em seu preço deverá estar incluído todo e qualquer tipo de imposto, taxa ou outro encargo que possa incidir, desonerando-se o Contratante com relação a isso.

A contratada fica obrigada à entregar os produtos e serviços de primeira qualidade sendo de responsabilidade da contratada o uso de equipamentos e profissionais qualificados.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de execução do Contrato será de 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Contrato.

A vigência do contrato será de 90 (noventa) dias a partir da assinatura do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

Da Contratada:

Os Serviços deverão ser todos de 1ª qualidade, e em seu preço deverá estar incluído todo e qualquer tipo de imposto, taxa ou outro encargo que possa incidir, desonerando-se o Contratante com relação a isso.

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no Processo de Licitação nº 232/2019 — Dispensa de Licitação nº 53/2019, os documentos do Processo de Licitação e especificações do Contratante passam a fazer parte integrante do presente Termo de Contrato, independentemente de transcrição.

§ 1º - A CONTRATADA, obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, devendo comunicar à Secretaria de Assistência Social, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente Contrato.

§ 2º - A CONTRATADA, exime desde já, a CONTRATANTE, por quaisquer débitos de natureza trabalhista fiscal ou previdenciária, ou responsabilidade junto a órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como a quaisquer órgãos do setor privado, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.

Da Contratante:



ESTADO DO PARANÁ

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br CNPJ 76.995.414/0001-60 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel Telefone: (46) 3242-8600 CHOPINZINHO PARANÁ 85,560-000

Efetuar o pagamento ajustado.

Observar para que, durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas.

Parágrafo Unico - A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Conforme dispõe o artigo 67 da Lei nº 8.666/93:

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

A Gestão do Contrato será de responsábilidade da Senhora Rosani Checelski - CPF 020.039.019-81 - Secretária Municipal de Assistência Social.

A fiscalização do contrato ficará a cargo da Senhora Marcia Rejane Niendicker - CPF 813.289.159-72 e RG 5.704.334-2 - Auxiliar Adminitrativo e como fiscal susbstituto o Senhor Jorcelio Farias - CPF 828.740.269-72 e RG 5.722.025-2.

CLÁUSULA NONA – DA TRANSFERÊNCIA

Fica vedada a CONTRATADA, sem anuência prévia e expressa do CONTRATANTE, a cessão ou transferência do presente Contrato, no todo ou em parte a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES

Os contratantes decidem aplicar aos contratos decorrentes desta Licitação, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei no 8.666/1993 e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita - quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.

 II - advertência escrita com prazo para correção - impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 0,5% (zero virgula por cento) do valor total do contrato:

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralisação injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do último faturamento mensal e



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorcões graves:

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do contrato, por parte da Contratada, nos termos da Lei n. 8.666/1993;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa praticada em conjunto com agente público.

IV - suspensão temporária da prestação de serviços - será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

V - **rescisão do contrato** - será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público.

VI - A rescisão do contrato, quando motivada por qualquer razão do subitem anterior, implicará a apuração de perdas e danos e a aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

VII - Os contratantes resolvem aplicar ao contrato gerado por esta licitação, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93.

Na aplicação das penalidades, observa-se as disposições constantes na Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

Na hipótese de a rescisão ocorrer por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que aquela teria direito.

Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres do Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento a inserção do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

O Presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei 8.666/93.

Parágrafo Único - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ALTERAÇÃO





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Termo de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá passando a dele fazer parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos a luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO As partes elegem o foro da Comarca de Chopinzinho, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato. E por estarem justos e contratados, firmam o presente por si e seus sucessores em quatro vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas. Chopinzinho - PR, 22 de novembro de 2019. Município de Chopinzinho Alvaro Dênis Ceni Scolaro - Prefeito Contratante Gambatto C1 Veiculos Ltda Rosani Checelski Gilson Sbeghen - Representante Legal Secretária Mun. de Assistência Social Decreto Nº 483/2019 de 14/11/2019 Contratada Rosani Checelski Gestora do Contrato Marcia Rejane Niendicker Fiscal do Contrato Fiscal Substituto Testemunhas: NOME: NOME: CPF: CPF:

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2019 -PROCESSO Nº 296/2019

UASG N° 450996

O Municipio de Pato Branco, através da pregoeira *Liciane*Cristina Puttkamer, torna público aos interessados, devidamente Cristina Puttkamer, torna público aos interessados, devidamente inscritos no seu cadastro de fornecedores ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento e devidamente cadastrada no Portal COMPRASNET, através do site www.comprasgovernamentais.gov.br., que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, destinado à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando a implantação de registro de preços para futura eventual aquisição de Coffee Breaks, lanches, salgados, doces e bebidas não alcoólicas, em atendimento às necessidades da Administração Pública Municipal, conforme especificações e exigências descritas no edital, sendo a licitação do tipo "menor preço", com critério de julgamento pelo "menor preço por item", em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 8.574, de 01 de novembro de 10.520/2002, Decreto Municipal nº 8.574, de 01 de novembro de 2019, Decreto Municipal nº 5.081, de 02 de janeiro de 2007 que 2019, Decreto Municipal nº 5.081, de U2 de janeiro de 2007 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, Decreto nº 8.441, de 08 de janeiro de 2019 e subsididariamente a Lei nº 8.666/1993 suas alterações e demais legislações pertinentes à matéria. O recebimento das propostas, documentos de habilitação, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço:
www.comprusgovernamentais.gov.br. borário oficial de Brasilia
DF. conforme segue: A SESSÃO PÚBLICA SE INICIARA &
09 HORAS DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2019. O inteiro tor do Edital e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto a Divisão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Pato Branco, no horário de expediente, na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, ou pelos sites: www.patobranco.pr.gov.br

www.patonanco.pr.gov.br www.comprasgovernamentais.gov.br. Demais fones: (46) 3220-1511/1534, Demais informações. e-mail: licitacao2@patobranco.pr.gov.br. Pato Branco, 26 de novembro de 2019. Liciane Cristina Puttkamer - Pregoeira

N° PORTABIA	NOME	ASSUNTO	DATA
446	THOMAS ANDRE FIORIO E OUTROS	TORNA SEM EFEITO NOMEAÇÕES	20/11/2019
430	ANDREA BIAZOTTO E OUTRA	NOMEIA APROVADOS EM CONCURSO PÚRLICO EDITAL 035/7015	30/11/2019
651	LORENCI DE COL	NOMEIA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 057/8016	20/11/2019
652	ALVARINA DO CARMO SANGALLI	NOMETA APROVADA EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIPICADO - EDITAL SINANIIS	20/11/2019

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

Extrato Contrato Nº 251/2019/GP. Dispensa nº 95/2019, Processo nº 295/2019. PARTES: Município de Pato Branco e Jackson Luciano Xavier 03473413909. OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de limpeza do telhado, colocação de revestimento cerâmico, pintura da área externa e colocação de revestimento cerámico, pintura da area externa e pérgula da Casa do Artesanato de Pato Branco, localizada na Praça Santos Dumont, Rua Itacolomi, 863, Centro, com área igual a 576,72m², com fornectimento do material, alendendo as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura. VALOR: RS 10.623,00, PRAZO DE VIGÊNCIA: 45 dias. PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados até o 15º dia útil após a prestação de serviço realizado, mediante emissão do Termo de Recebimento Definitivo, apresentação da respectiva nota fiscal/fatura atestada pelo Gestor, Fiscal do Contrato e pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços. DOTAÇÃO: 1668 - 11247. GESTOR: Secretária Municipal de Educação e Cultura. Pato Branco, 25 de novembro de 2019. Augustinho Zucchi - Prefeito. Jackson Luciano Xavier - Representante Legal.

	MUNICIPIO DE C			
PARE	CER É ADJUDICAÇÃO -	PREGÃO PRES	SENCIAL Nº 95/201	9
DATA: 14/10/19	ABES	TURA: 29/10/19	9	HORÁRIO 09:00
OBJETO: CONTRATA	CÃO DE EMPRESA	(S) PARA	ATENDMENTOS	ESPECIALIZADOS
COMPLEMENTARES EN	SAUDE PARA ATUAR I	NA ESTRATÉGI	A DE SAUDE DA	FAMILIA - ESF NAS
LOCALIDADES DE BÁCI	JOSÉ OPERÁRIO E CE	ENTRO MUNIC	BPAL DE SAUDE I	DRA CALDISSE DE
CARLL conforme Termo d	ie Referência - ANEXO I.:	conforme discrim	oti oteido on oberin	presents edital.
TEOM	IO DE HOMOLOGAÇÃO	ppenăn ppe	SENCIAL Nº 94/201	W

PERFETTURA MUNICIPAL. PERFETTURA MUNICIPAL. 1311/2015 Horistic 10 horis 1190: Mecc Preconal de 2019, deshi Municipito; senda que a relata de corristos, a contrar de data de entialado de ordinado de compositos renocionados no Tereno de P. constantes do processo licitatório em esignal. TORNA PUBLICO a homisticações de director de P. constantes de processo licitatório em esignale.	Por tem Objeto: "Aquistção de produte letida aquisição decese à durante o pri tem de compressionifem de autorizado, o oferência, anexo "F do edital. Consido a Prefeito do Município de Clevello.	019 Data de abertura: le para omamentação do azo méximo de 10 (dez) ositioma as quantidades terando as informações da, Estado do Paraná, los.
PROPONENTE	LOTERTEM	VALOR TOTAL

PROPONENTE	LOTEATEM	VALOR TOTAL LOTE/ITENS (RS)
ARTCIDADE INDÚSTRIA E COMERCIO DE DECORAÇÕES TEMÁTICAS LTDA - EPP., CNPJ nº, 15.136.783/0001-70.	Lote : 1º. 01, lhens : 1º.s 01, 02, 03 e 04.	40.355,00
LUZ & FORMA CÓMERCIO E DECORAÇÕES LTDA., GNPJ nº. 92.742.361/0002-10	Lote nº, 01, items nº,s 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 + 23.	79.902,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ

TREACTION A MUNICIPAL DE CLEVELANDIA, ESTADO DO PARAMA TRIPOLOCO N. 201503 - PROCESSO N. V. 62/2019 RECISION DE PRISÇOS O V. 6000116 19 PARCIAL, DE ATA DE RECISTRO DE PRISÇOS O Prefero Manisiqui de Clevelandia, Esta De PARCIAL, DE ATA DE RECISTRO DE PRISÇOS O Prefero Manisiqui de Clevelandia, Esta 10.3 del 14.1 de 6400. de 21/00/1500 3 PRISCOS DE 10.3 d

a possibilitàr a notificação dea licitações a facilitàr a formação de parcordas e as abcontristatos, actualgar se expecificações dos bens, serviços e obras contristados, de medio a obristida de microlongoriam e emensas de pequeno ra definição site objeto de calulatação, não utilitar especificações que ras definição site objeto de calulatação, não utilitare especificações que restringam, injustificadencentes, a portidopoção das informementes empresas de pequano portia sociadas regionalmentes, independidare referenções es asías electrácios aticiai do ópido ou da entidado contribistina sativa regiona para participaçõe dos licitações e cadestimentes de contribistina sativa regiona para participaçõe de regionalmente focular establistica, a comorcivorido de regiutarios focular establistica de propulsos. A comorcivorido de registratorio focular establistica deseguistas de poqueno porte somente será exigida para efeito de aservatura do

sed on 621.

\$ 27 No modelidade de pregión, entenide-se harver empale quando as overnaas microempresas e empresas de poqueno porte sejam ligación ou side 5% (cinco por
\$ 27 No depote parte participante de la poqueno porte sejam ligación ou side 5% (cinco por
\$ 37 O depote porte participante porte.
\$ 37 O depote porte participante porte.
\$ 38 P A preferencia de que tras o courci esta especial porte participante porte.
\$ 38 P A preferencia de que tras o courci esta consecuente propues de preço infector depute porte entre mello
classificades policies apresentes propuesas de preço infector depute considerado
vencedado a contance. Balanção em sus certa deputicado co policipante entre
servir.

Il propuesto de contance. Balanção de empete, sus desenvel despute porte,
in furnar de fortas de losado i, pasado convocadas as remandados pelas minempresas os
enquadrom na situação de empete, sus ordem classificatoria, para o exercicido
do mesmo citeda);

El propriesaria melhor odors.

El empresas de proporto pote que se encontrere em valuação de empule, susá
melazãos activas entre entre selas para que se demontrar em valuação de empule, susá
melazãos activas entre entre selas para que se demontrar em valuação de empule, susá
melazãos activas entre entre selas para que se demontrar
demontrar de para demontrar contrator porte de la finación cital admitirar o entre demontrar
de coliciarias.

\$ 3 P Nas demanda modalidade de mopho, sobre para apresentar nova proposa ou prazo
de exclusivo de propios, apod o acuminamento des actuals contratos por las melazos de propios, apod o acuminamento des actuals contratos por las melazos de propios, apod o acuminamento de acumina porte de selas de contratos de contratos de propios, apod o composa para parasentar nos proposas o para
para contratos portes melazos de propios, apod o composa de para
para porte entre entre contratos de propios de contratos de contratos de la contrato de la demontrar
de entre entre o contratos de contratos de la contrato de la contrato de la d

rela adjudiciono, sen favor de proposta originalmente venedadas do cartame.

Art. 8º Dis órgãos a sentráceas contratentes reverdo realizar procissas locidados acomentes a participações estendades contratentes reverdo realizar procissas locidados acomentes a participações de entrácidades de serviços e otras, se órgãos e as entidades acomentes de processos portes po

moerficipaçõe(gualeous percenteres entreteres per incorrempresa siu empresa de \$ 2º hilo se admite a acciplinar de subcondraise publicações para o fornocimento de bens, escelo \$ 2º hilo se admite a acciplinar de subcondraise para de fornocimento de bens, escelo madeira presentado de serviços accessórios.

8º 4º E secadas a esplorada on instrumento comordadorado na securitarise de commenção \$ 4º 5º escadas a esplorada on instrumento comordadorado de subcontraisação de litera ou \$ 5.5º O entraentos e preprientos, enferentos de pacedes subcontraisação de litera ou \$ 5.5º Os entraentos e preprientos de pacedes subcontraisação de litera ou \$ 5.5º Os entraentos e preprientos de pocumenços accontraisação de litera ou \$ 5.5º Os entraentos e preprientos de pocumenços por accontratação de subcontratação de litera ou para subcontratação de introducenços as empresas de prequinto porte que mental de la completa de la completa de la completa de la completa de \$ 40° de la completa de la completa de la completa de la completa de \$ 40° de la completa de la completa de la completa de la completa de \$ 40° de la completa de \$ 40° de la completa de la completa de la completa de la completa de \$ 40° de la completa de la co

Art. 10. Não se eplica o disposido nos art. 6º do art. 6º do guando:

I dia hazura o mirimo de três fortexedezes competibros empuladrasir
micro encresso o u compresso de popular porte sedidada a
regionalmente e capazas de cumpror as esplacios estabelecla dispositionaria e capazas de cumpror as esplacios estabelecla situaciona disentando a semilidado para a microempressa o as es de pequene porte não for everaçãos para a administração pol represeder projeto ao completo ou por compresso do objeto a sec ou juntificadamente;
as lodação for disensalval ou investigaval, nos termos dos arts. 24 e 25.

de de Contratações Públicas, conforme disposto na <u>Eu. de L.2.482, de 2011.</u>

Art. 13. Para fina de disposto neste Decreto, o encuedarámento como:

1. microemprisa ou empresa de progreso porte de dará nos termodos est.

1. microemprisa ou empresa de progreso porte de dará nos termodos est.

1. microemprisa ou empresa de progreso porte de dará nos termodos est.

1. microemprisa de la complexa d

Act. 16. Este Discrete entre em vigor na delle de sua publicação Gubinete do Prefeilo, 19 de novembro de 2019. AUGUSTINHO ZUCCHI Profesto.

Espécie: Extrato do Contrato nº 423/2019. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada:

Gambatlo C1 Velculos Ltda. CNPJ: 07.297.646/0001-21, Objeto: Contratação de Empresa para Revisão Aircross 1.6 Start - Critoen - Placa PBL-2240. Valor: R\$ 324.99 (trezentos e vinte e quatro reais e noventa e nove centavos). Origem: Dispensa de Licitação nº 53/2019. Fundamento Legal: Artigio 24, Inciso III da Lei Federal 8.66693. Elementos de despesa: (873) Fonta: 934. Data da assinatura: 22/11/2019. Assinam: Álvaro Dênis Centi Scolaro, pelo Município e Gilson Sbeghen, pela Empresa.

PUBLICACÕES LEGAIS

Edição nº 7524

trahial (art, 78, Let 8,666/93); e lucros cossantes e/ou danns emergentes, por ela causados, a ser apurados pela

I. Advertificate.

II. - Rescisso contribual (art. 78. Let 8.666/93):

III. - Cobinaço de harca cessantes e/ou danos emergentes, por ela causados, a ser apuradas pela CONTRATANTE el Indonesidads, suspensia de licitar, impedimento de contratar com a Administração Pathica Direta o Indireta de Impolyan D'Oses - PR. e descredenciamento de Administração Pathica Direta o Indireta de Impolyan D'Oses - PR. e descredenciamento des propriacion de la complexión de la comp

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA A recusa iniustificada na estrega dos equipamentos sujeitará no fornecedor as sanções previstas

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA - Bas Cases de Rescisão

15.1. O inadimplemento, por parte da CONTRATADA, das cliaquias e condições estabelecidas neste contrato assegurar à cONTRATANTE, sus termes da Seção V, do Capitulo III da Lei n.º. 8,66093 em sus atual redação, no fineiro de da-lo por recentidado, mediano motificação por estabelecidas através de oficio entregue diretamente su por via postal, com prova de recelhimento.

15.2. Fica a criticipa do representante da CONTRATANTE declara rescindido a contrato, nos termes do "cupar" desda clásquala ou aplicar as multas de que trota a clássuala dóctima segunda deste contrato.

Textus d'unione de representant un apilicar an multis de que trait a chienda decima segurda determine de contrato.

15.5. Pira este contrato rescindido de pleno direito pela CONTRATANTE, independentemente de interpleció publica de ou extripulcical, em qualquer dos segurintes casos de finadinaplemento por parte da CONTRATANTE.

1 - Não comprimento de interplacidad e grave no cumprimento de cibarnalas contrattatas, especificações e prazos.

11 - Comentimento de irregularidad e grave no cumprimento de cibarnalas contrattatas, especificações e prazos.

11 - Anacon justificado de entrega do bem lictiodo.

11 - Anacon justificado de entrega do bem lictiodo.

12 - Anacon justificado de antirega do bem lictiodo.

13 - Anacon justificado de antirega do bem lictiodo.

13 - Anacon justificado de miterga do bem lictiodo.

13 - Ractica de interesses público, de alta relevidació en aprocesso daministrator actual contratanda contratanda contratanda contratanda entre de determinados pela materna antiretidade de refera administrativa a que está subordinada el CONTRATANTE.

11 - Sugresso, multieral pro parte da Administração, dos quantitativos dos bero, acarretando modificação do video ministração. Post modificação do video ministração. Post materna de CONTRATANTE.

14 - Nacetiva de contrato.

15 - Occordena de caso fortuito ou força maior, regularmente instando au rigo Se, puragrafo 1º, da execução do contrato.

IV - Descumprimento du dispesto no Inciso V, do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, com redação dada pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1,999
V - Em razão da inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento;
I - Determinado por ato unidateral e secrito da CONTRATANTE nos casos renumerados nesta.

minuta;
II - Amiglavel, por acundo entre as paties, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
III - Judicial, nos termos da legislação processoral, vigente à época da resclado contratual.
15.6. Nos casos de resclado administrativo ou amiglavel que tratam, respectivamente, os itens i e
II, do parigrafo anterior, haverá precedência de autorização escrita e fundamentada da CONTRATANTE.

CONTRATANTE. 15.7. A liesececção total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento. 15.8. O reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescrisão administrativa prevista so art. 77 desta Lei.

CLÁUSILA DÉCHMA SEXTA – Das Alterações Contratuais

1.— O presente poderá ser aditivado, mediante acordo cente ambas as partes;

II.— A vigência do presente contrato inficia-se açois a assimilara do meismo e lem seu término previsto em ató 00 (setés misses;

III.— Este countato poderá ser alternalo na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 57 e 56 da Lein. "8.806939 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Dos Casos Omissos Os casos omissos serão resolviños pelo Município de Bispejara D'Oeste - PR, à luz da legislação (Lei 8,666-93 e 10,520/2002), da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - Fraude e da Corrupção

CLAUSULA DÉCIMA OJTAVA - Fraude e da Corrupção
De Clausabla de Traude e da Corrupção.
1 - Os licitantes devem observar e o contato deve observar e fazer observar, por seus formecedores esbenotinatodes, se admitido a subcontrateção, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propúsitos desta chomosla, definemes esa seguintes gráficas:
a) "gránca corrupas" ofrecese, dar, recobes ou solicitar, intria su indirestamente, qualquer vantagem com o objetivo de influencia a ação de servidor pública na processo de licitação su na execução de contrato.
b) "gránca frandalenta" a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato.

ução de cuntráto; rrática finadulenta" a falsificação ou ornissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o esso de licitação ou de execução de contrato;

processo de licitação ou de execução de contrato;

«) "prática coloxys" enguentaria no estabelecer um ecordo entre dois ou mais licitantes, com
ou sem o conhecimento de representantes ou prepustos do degão licitados, visando estabelecer
preços em aiveis artificiais e año competitivos;
d) "prática ocercitiva": conser diano ou embeçar dano, direia ou indirectamente, ás pessous ou sua
propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afester a execução
do contrato.

que contrato.
e) "prásica obstrutiva", (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar novas provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo

fazer declarações falaxa sos representantes do organismo financeiro multilateral, com o nigetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na clinuala III, deste Editual; (ii) antos cipi interação seja impedir materialmente o exercicio do fituello de o organismo financeiro multilateral promover inspecto.

II.— Na lapolese de financiamento purcial ou integral, por organismo financeiro multilateral mediante saliantamento ou reembolaco, este organismo importa sanção sobre uma empresa ou respecto financiamento por terminado, para a oratega de constituel financialmento para o que a contração de constituel financialmento para o participar finalidatenta, colustivas, constitues que por participar finalidatenta, colustivas, constitues que por participar finalidatenta, colustivas, constitues que por participar finalidatenta, colustivas constitues de constituento para que para contração, deverá concerdar e autorizar que, na hipótose de o constato via a ser firmado, em para ou integralmente, por organismo financiero multilateral, mediante adiasalmento os reembolas, permitirá que o organismo financiero multilateral, mediante adiasalmento os reembolas, permitirá que o organismo financiero ou multilateral, mediante dudasimento os reembolas, permitirá que o organismo financiero de ou pessous por ele formalmente indicaleiro pasa a proposition financiero de todos es documentos, centas e registros relacionados a licitação e à execução do contrato e todos es documentos, centas e registros relacionados a licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA — Da vinculação
Este contrato vincula-se para todos os fins de direito ao Edital de Pregão Presencial de nº
039/2019, de 07/10/2019, assim como a proposta apresentada pela Contratada.

CLAUSULA DÉCIMA VIGÉSIMA - Do Foro
Fice elebto o foco da comarca de Palo Bataco. - PR para dirimir quatequer questões relativas a estre
contrato, com expressa termenda de qualquer contro por mais privilegiado que seja.

E par estatem de acordo com o ajustado e contratado, as partes, atraves de seus representantes,
frimam o presente contrato, em có cliuso Visos de ligand tere e forma na presença de diax

Itapejara D'Oeste - PR. 25 (vinte e cinco) de Novembro de 2019.

Municipio de Itapejara D'Oeste Agilberto Lucindo Perin

Brinquelos Lida – EPP Brinquedos Lida – EPP Helicio Vunderlei Gamla Contratada

Câmara Municipal de Vitorino

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11/20

A Carom Municipal de Verendoves de Viscina. Frincia de Payant, aprovou, e su, Minakio Julia. Vizale, Presidente, promulgo o seguinta Oeurelo Ledislativo.

Visite Presidente, montalpo o espainte Decreto Lépidance.

Mr. 17: First Aprimoda e Prinduças de Contro Avual. Executo de 2016, os releptionables de do 57 Julies; Vert Present Marchago Horston de Horston de Activa de 2016, os releptionables de de 57 Julies; Vert Present de Contro de Horston de Activa de Antique de 18 Meditor.

Art. 7: Acta Decreto de Contro de Antique de

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2019
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a revitalização da quadra poliesportiva da Escola Municipal Ida Kummer de acordo com projeto, memorial descritivo, orçamento e cronograna.
PREÇO MÁXIMO: RS 224/074,77 (duzentos e vinte e quatro mil setenta e quatro reals e setenta e sete centavos)
ENTREGA ENVELOPES: Até 09/00min do día 16/12/2019
ABERTURA: 18 de dezembro de 2019, às 09:01 horas, na sala da Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Renascença.
RECURSOS: Próprios.

Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Renascença. RECURSOS: Próprios. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo e demais Informações adicionais, ditvidas e pedidos de esclarectmentos deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitações, são Rua Getulio Vargas, nº 901, Centro - Fone/Fax (46) 3550-8300 - e-mail:

901. Centro Fone/Fax (46) 3550-8300 – e-mall: licitaca@Fonescrean_u.gov/ help for both for the for the Edital e seus respectivos modelos e anexus, poderáo ser examinados no endereço actina menctonado a partir do dia 27/11//2019 no horário comercial ou pelo site www.renasceuca.pr gov.br.

Renascença, 20 de novembro de 2019.

MARILIA JOICE MIGGLIORNI

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

MUNICIPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ DECRETO Nº 8.585. DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

Abre Grédito Suplementar no exercício de 2019 no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reals).

O Prefeitu de Pato Branco, Estado de Paraná, no uso das atributocos que the são comforidas polo art. 47, inclus XXIIII, de Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei nº 5,261, de 19 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Alters o Programs da Lei nº 5.063/2017 e absrações postoriores do PPA (Plano Fianual) do período 2018/2021, gantorma secur-

Programa	Especificação	Valor R\$
0041	Manutenção do Esporte	100,000,00
0041	Manutenção do Esporte	-100.000.00

Art. 2º Albere e epão da Lei nº 5.187/9018 o alterações postadores da LDO (Lei de Direntzes antánasi do exercicio de 2019, conforme servira.

Ação	Especificação	Valor RS
2.224	Manutenção das Atividades do departamento de Espore e Lazer	100.000,00
2.294	Apoin so Programa Cidade do Idoso	-100 000.00

Art. 3: Abre no Orçamente Geral do Municipio de Pato Branco, Estado do Parana, um Crédito Suplementes por Anuloção de dotação de Fonte de Recursos Vinculada no valor de RS 100.000,00 (pera mil meia) por desoficação hacaman demanarelete administratorios.

Código	Lapacificação	Valor RS
16	SECRETAARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
16.02	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
27.812	Desporto e Lazer	
27.812	Desporto Comunitário	
27.812.0041	Manutenção do Esporte	
2.224	Manutenção das Atividades do departamento de Espore e Lazer	
3.3.90.30 - 000 (2067)	Material de Comumo	100,000,00
Total	Land and the second sec	100,000,00

Art. 4º Para Cobertura do presente Crédito Suplementer sera utilizado os recursos de Anulação e/ou total das dotações organismistais constantes do organismis em vigor, conforme

Codigo	Especificação	Valor R3
16	SECRETAARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
16.02	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
27	Desporto e Lazer	
27.812	Desporto Comunitario	
27.812.0041	Menutenção do Esporte	
2.294	Apolo ao Programa Cidade do Idoso	Charles
3.3.90.29 - 000 (2077)	Outres Serviços de Terseiro - Pessoa Jurídica	-100.000,00
Total		-100.000.00

Art. 5º Esse Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito, 25 de novembro de 2019.

AUGUSTINHO ZUCCHI

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ DECRETO Nº 8.587, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

Autorios descurios sin folha de pagamento, referente la financiamientos com Bancos

O Prefeito de Pato Branco. Estado do Prumié, no uso das estibuições que lhe são conferidas polo Art. 47, Indias XXIII de Lei Origânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Ficam autorizados descortos em tolhe de pagamento, referente a fine

Art. 2" A margem consignável, não paderá exceder a 30% frinta por centra) do vencimento, exercescido de vantagens tixas e doduzidos os descontos logais, com prazo máximo de até 80 (sessente meses).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete de Prefeita, 26 de novembre de 2019.

AUGUSTINHO ZUCCHI Profesio



EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO № 96/2019, DE 25 DE

NOVEMBRO DE 2019.

DO ACRÉSTANO QUANTITATIVO: Fica acrescido ao contrato original o valor de R\$ 1.027,84 (Um mil e vinte e sete reals e ottenta e quatro centavios) correspondente a 7,07% (Dois virgula sete porcento), conforme aurecer técnico em annos. Do DeCRÉSCANO QUANTITATIVO: Fica suprimido de contrato original o walvo de R\$ 1.027,86 (Um mil e vinte e sete rela e quatenta e sesi centavios) correspondente a 2,07% (Dois virgula sete porcento), conforme parecer técnico em anexo. Do VALOR GLOBAL DO CONTRATO: O Valor global do contrato permanene no valor de R\$ 49,67,36 (Quarenta e nove mil selssentos e setenta e cinco reals e trinta e seis centavios), baseando-se nos valores presentemente existences de conservadores.

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 57/2019. DE 26 DE NOVEMBRO

publicação na Integra dos atos acima encontram-se disponíveis no seguinte endereça eletrânia tapi/www.dispiomunicipal.com.br/gama, edição do dia 27 de NOYEMBRO de 2019, conforme Lei Autorizat 9 927 da 07 de junho de 2017.

CONSÍNCIO INTERNICIOCIONI, NE ESTRE DE CREGIOCER DE SE DOCUTTO DE PRENA - CRESTE AR ESTRE DE CREGIO CONTRA DE CONTRA

ACREATION CONTROL OF THE CONTROL OF

CONTRICTOR COTTEMPONEMENT AND ARREST DE L'ARCHAUTE DO SEDERATE DE PARANCI-CINSTANE
L'ERROR DE L'ATTIFICACIÓN L'ARCHAUTE C'EL TONOMONION C'EL T

TERMO DE ADMINISTRA DE ROMANDOS DE DE PROMODOS DE LA DESCRIPZACIÓN DE LA DESCRIPTACIÓN DE LA DESCRIPZACIÓN DE LA DESCRIPTACIÓN DE LA DESCRIPTACIÓN

Same de 160 meters (1998 per 160 meters) de 150 meters de 2013 f. August (1998 per 160 meters) de 2013 f. August (1998 per 160

TERMO DE CAPITOCECTO E BOMOLOGICA DA NECOMBILADE N° 19:003 - PRACESSO N° 40:205

Incepidalais (1345-0.00110) Prança de secon de restriança prevente s combos en la Dechiecto de legações, ques la finistica con decembrações, podeças, comos, alessas antecidades que actual exclusiva de veripant Carlos en Membra Mémor z Republica de 19:00 (1350), de composições de como 19:00 (1350), de composições de composições de composições de 19:00 (1350), de 19:00 (1350), de composições de composiçõ

RATEICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 59/2019.
Tempo em visito di Parecer de Contresso de Júgamento e de Procuradorio Municipal, que apararam o respliado de Processo de Licitações de Licitação por Limita nº 5/20/2019, sui, ALVARO DENS CENS SCOLARO, Profetto, tomo publica e RATIFICAÇÃO do procedimento em epigrafe e a ADJUDICAÇÃO do

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL R\$
GAMBATTO C1 VEÍCULOS LTDA	07.297.646/0001-21	R\$ 324,99
orforme proposta, É a decisão, Gabinete do Profeit Ivaro Dênis Ceni Scolaro, Prefeito.	a de Chopinzinha - PR, 22 de	novembro de 2019.

SINDICATO RURAL

Gestão: \$1/02/2020 a \$1/02/2024

Chapa Graza

CARGO	NOME DO CANDIDATO	DIMETORES SUPLENTES
Presidente	Oradi Francisco Coldatto	Vánon frafa Cirsta
Vitar Procedents	Stantar Viola	Sülemar Cempagnosi
Vice Presidente	Jedson Pedro Gerro	Aquiles Renorie
Hav Preparate	Iboir Jose Dariva	Adjour Forest
rice Presidente	Nelson De Bertoli	Marcel Marcantin
I [®] Sesretano	Simura Regime	LAGO Carlos Talindos
24 Secretario	Silviu Hasse	Cristiano Osbana
A* Tasaurero	Socie Broccu	Vicente Euclo Michaliczyn
37 Sestimenta	Leumins Vigané Textur	Milhon Zeferinu Kim
CONSELHO FISCAL EFETIVOS		CONSELHO FISCAL SUPLENTES
Enio Spinelle		Dersi Antúnio De Col
Min	ir Primir Pavero	Atiliki traintuism Saturinten
	No Pate	Lesey Scalation
DELEGADOS REFRESENTANTES		DELEGADO REPRESENTANTE SUPLENTES
Ciradi	Francisco Celifate	Rudimor Paum Michig
feety	Giranti-de Desa	Marker Europai

O prazo mara impugnação de campitaturas é se 05 (coso) dos, a contar de pobimação do presente meas, conforme estabolace a estabilo desta ambiendo.

Pata Branco, 20 da novembro de 2019.

Charles J. Collecto

Rua Cavaldo Aranha, 3771 85501-037; Pain Bracco | PR (46 3225.1437) e-mail: erpb@erpb.com.or

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 264/2019
PROCE

Saudade do Iguaçu - PR, 26 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA A CESSÃO DE USO DE ESPAÇO FÍSICO AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO PARA A CESSAO DE UISO DE ESPAÇO FÍSICO
di multicipio de Coronel Vivale Inora público para conhecimento dos interessados c. CHAMAMENTO
PUBLICO para a CESSAO DE UISO DE ESPAÇO FÍSICO, DESTINADO A COMERCIALIZAÇÃO DE
BEBIDAS DURANTE O EVENTO DENOMINADO FESTA GASTRONOMICA SEDE DO SABOR que
sará realizada ne dia 35 de dizembio de 2019, nes dependências do Complexe Espachus Barro
PIRO, inesta odade de Cornel Vivida, Estado do Parana, (CACL, E IMPARIO DA ASPRIJANA DA
PIRO, DESTA DE DOCUMENTOS, Proca Angelo Mezzono, són, as 11300 horas do dia 63 de dezember
de 2011). De dialla velá disputivale jueia religidad na sede do Municipio de Cornel Vividao usiliavida de
seta vivinciando de Cornel Vivida DE SABOR (45) 3322-1111 - 3322-3322. Cornel Vivida, 26 de
seta vivinciando (100 Jamen Rode) en cesporada vela Secretarió de Individir (Comércio e Turano).

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

m 176

Quarta-Feira, 27 de Novembro de 2019

Ano VIII - Edição Nº 1993

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

Espécie: Extrato do Contrato nº 423/2019.

Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Gambatto C1 Veículos Ltda. CNPJ: 07.297.646/0001-21. Objeto: Contratação de Empresa para Revisão Aircross 1.6 Start—Critoen—Placa PBL-2240. Valor: R\$ 324,99 (trezentos e vinte e quatro reais e noventa e nove centavos). Origem: Dispensa de Licitação nº 53/2019. Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso II da Lei Federal 8.666/93. Elementos de despesa: (873) Fonte: 934. Data da assinatura: 22/11/2019. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Gilson Sbeghen, pela Empresa.

Cod3 1723

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Quarta-Feira, 27 de Novembro de 2019

Ano VIII - Edição Nº 1993

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 53/2019

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento e da Procuradoria Municipal, que apuraram o resultado do Processo de Dispensa de Licitação por Limite nº 53/2019, eu, ÁLVARO DÉNIS CENI SCOLARO, Prefeito, torno pública a RATIFICAÇÃO do procedimento em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto da seguinte forma:

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL R\$
GAMBATTO C1 VEÍCULOS LTDA	07,297,646/0001-21	R\$ 324,99

Conforme proposta. É a decisão. Gabinete do Prefeito de Chopinzinho-PR, 22 de novembro de 2019.

Álvaro Dênis Ceni Scolaro, Prefeito,

Pato Branco/PR, 26 de novembro de 2019.

ALTAIR JOSE GASPARETTO

Presidente

Publicado por:

Ivete Maria Lorenzi

Código Identificador: 19993F90

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE - Nº 039/2019

O Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS, através da constituída pela da Comissão Processante. Presidente Resolução/CONIMS de nº 058/2019, vem COMUNICAR a abertura da instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade contra a empresa DENTAL OESTE EIRELI C.N.P.J Nº 05.412.147/0001-02, por indicios de descumprimento de obrigações contratuais, tendo em vista a possível aplicação de sanções administrativas, conforme disposições contidas na Seção II, Capítulo IV, da Lei nº 8.666/1993, Edital e Contrato.

Pato Branco/PR, 26 de novembro de 2019.

LHUANNA GABRIELA VARDÂNEGA PÉRICO

Presidente Comissão Processante Res. 058/2019

Publicado por:

Ivete Maria Lorenzi Código Identificador:DD5B51F8

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO

ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE - Nº 037/2019

O Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS, através da Presidente da Comissão Processante, constituída pela Resolução/CONIMS de nº 058/2019, vem COMUNICAR a abertura da instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade contra a empresa ODONTOMEDI - PROD. HOSPITALARES C.N.P.J LTDA E 06.194.440/0001-03, por indícios de descumprimento de obrigações contratuais, tendo em vista a possível aplicação de sanções administrativas, conforme disposições contidas na Seção II, Capítulo IV, da Lei nº 8.666/1993, Edital e Contrato.

Pato Branco/PR, 26 de novembro de 2019.

LHUANNA GABRIELA VARDÂNEGA PÉRICO

Presidente Comissão Processante Res. 058/2019

Publicado por:

Ivete Maria Lorenzi

Código Identificador:5383C69F

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE - Nº 038/2019

O Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS, através da da Comissão Presidente Processante, constituída Resolução/CONIMS de nº 058/2019, vem COMUNICAR a abertura da instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade contra a empresa POSSATTO & POSSATTO C.N.P.J Nº 72.150.550/0001-06, por indícios de descumprimento de obrigações contratuais, tendo em vista a possível aplicação de sanções administrativas, conforme disposições contidas na Seção II, Capítulo IV, da Lei nº 8.666/1993, Edital e Contrato.

Pato Branco/PR, 26 de novembro de 2019.

LHUANNA GABRIELA VARDÂNEGA PÉRICO

Presidente Comissão Processante Res. 058/2019

Publicado por:

Ivete Maria Lorenzi Código Identificador:C43A9FC0

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE RETIFICAÇÃO DA ALTERAÇÃO XX NA TABELA DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. º 003/2017

Onde se lê: CÓDIGO 0909030048

Leia-se:

CÓDIGO 0309030048

Pato Branco, 25 de novembro de 2019.

ALTAIR JOSÉ GASPARETTO

Presidente

Publicado por:

Ivete Maria Lorenzi

Código Identificador: EBAB4009

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE RETIFICAÇÃO ATO DE CONSÓRCIO RESOLUÇÃO N.º 180/2019

Onde se lê: CÓDIGO 0909030048 Leia-se: CÓDIGO 0309030048

Pato Branco/PR, 25 de novembro de 2019.

ALTAIR JOSÉ GASPARETTO

Presidente

Publicado por:

Ivete Maria Lorenzi

Código Identificador:232B394B

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 052/2019

Nos fundamentado art. 25, "caput" da Lei de Licitações, RATIFICO a PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, visando O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO A DIAGNOSE E TERAPIA (SADT), destinados a atender os usuários oriundos dos municípios consorciados ao CONIMS, conforme segue: Valor Global: 125.373,60

Dotação: 02.01.10.302.0002.2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 - Fonte 1076.

Data: 25/11/2019

ALTAIR JOSÉ GASPARETTO

Presidente

Publicado por: Ivete Maria Lorenzi

Código Identificador: 13536497

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO **EXTRATO DE CONTRATO 423-2019**

Espécie: Extrato do Contrato nº 423/2019. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Gambatto C1 Veículos Ltda. CNPJ: 07.297.646/0001-21. Objeto: Contratação de Empresa para Revisão Aircross 1.6 Start - Critoen - Placa PBL-2240. Valor: R\$ 324,99 (trezentos e vinte e quatro reais e noventa e nove centavos). Origem: Dispensa de Licitação nº 53/2019. Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso II da Lei Federal 8.666/93. Elementos de despesa: (873) Fonte: 934. Data da assinatura: 22/11/2019. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Gilson Sbeghen, pela Empresa.

Publicado por:

Roberto Alencar Przendziuk Código Identificador:02A145E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO RATIFICAÇÃO DL 53-2019

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO N°53/2019

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento e da Procuradoria Municipal, que apuraram o resultado do Processo de Dispensa de Licitação por Limite nº 53/2019, eu, ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO, Prefeito, torno pública a RATIFICAÇÃO do procedimento em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto da seguinte forma:

EMPRESA	CNPJ	Valor total R\$
GAMBATTO C1 VEÍCULOS LTDA	07.297.646/0001-21	RS 324,99

Conforme proposta. É a decisão.

Gabinete do Prefeito de Chopinzinho-PR, 22 de novembro de 2019.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO.

Prefeito

Publicado por:

Roberto Alencar Przendziuk Código Identificador: E6D6927F

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2019

Protocolo nº 15410/2019.

Processo Administrativo: nº 341/2019. Assunto: Dispensa de Licitação nº 21/2019.

Com amparo legal no inciso II, do art. 24, da Lei 8666/93 a Câmara Municipal de Colombo contrata a empresa POLI MEDICINA DO TRABALHO, inscrita no CNPJ sob nº 05.895.700/0001-05, com sede na Rua Pedro Zagonel, nº. 83, Capão Raso - Curitiba - PR, representada pelo Senhor JAÉRCIO GONÇALVES, brasileiro, portadora da cédula de identidade sob nº 1.154.253 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 185.688.669/72, para prestação de serviços médicos em saúde ocupacional, no valor estimado de R\$ 3.837,80 (três mil, oitocentos e trinta e sete reais e oitenta centavos), por um período de 12 (doze) meses.

Colombo, 26 de novembro de 2019.

VAGNER BRANDÃO Presidente

Publicado por:

Marcelino Scrok

Código Identificador: C207FF3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 3º PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 205/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2019. PROCESSO: 29392/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Colombo - Secretaria Municipal de Obras e Viação.

Contratada: R.J.C. SINALIZAÇÃO URBANA LTDA, CNPJ n.º 12.420.273/0001-74.

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de placas, tubos, tintas para demarcação viária, diluente e microesfera para sinalização horizontal e vertical, fornecimento e colocação de tachas, tachão e calotas, serviços de pintura para sinalização viária com o fornecimento de tintas e serviços de colocação de placas e tubos para sinalização horizontal e vertical com fornecimento de material, para o Município de Colombo, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo VII), que integra o edital. Valor: R\$ 177.188,10 (Cento e setenta e sete mil, cento e oitenta e oito reais e dez centavos).

Dotação orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA - 1481/2018:

Prazo: O prazo de vigência do presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

Preços Registrados: Encontram-se a disposição no Setor de Contratos, sito à Rua XV de Novembro nº 105, Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.

Local e data da assinatura: Colombo, 26 de novembro de 2019. Assinatura: Agnaldo Aparecido Alves dos Santos - Secretário Municipal de Obras e Viação.

> Publicado por: Leandro Maschio Código Identificador:B110658A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 3º PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 206/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2019. PROCESSO: 29392/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Colombo - Secretaria Municipal de Obras e Viação.

Contratada: MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ n.º 01.993.902/0001-39

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de placas, tubos, tintas para demarcação viária, diluente e microesfera para sinalização horizontal e vertical, fornecimento e colocação de tachas, tachão e calotas, serviços de pintura para sinalização viária com o fornecimento de tintas e serviços de colocação de placas e tubos para sinalização horizontal e vertical com fornecimento de material, para o Município de Colombo, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo VII), que integra o edital.

Valor: Valor total: R\$ 456.299,00 (Quatrocentos e cinquenta e seis mil, duzentos e noventa e nove reais).

Dotação orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA - 1481/2018:

Prazo: O prazo de vigência do presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

Preços Registrados: Encontram-se a disposição no Setor de Contratos, sito à Rua XV de Novembro nº 105, Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.

Local e data da assinatura: Colombo, 26 de novembro de 2019. Assinatura: Agnaldo Aparecido Alves dos Santos - Secretário Municipal de Obras e Viação.

Publicado por: Leandro Maschio Código Identificador: 5F694224

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 3ª PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS Nº 207/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2019. PROCESSO: 29392/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Colombo - Secretaria Municipal de Obras e Viação.

Contratada: GP SINALIZAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP, CNPJ n.º 09.314.355/0001-20

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de placas, tubos, tintas para demarcação viária, diluente e microesfera para sinalização horizontal e vertical, fornecimento e colocação de tachas, tachão e calotas, serviços de pintura para sinalização viária com o fornecimento de tintas e serviços de colocação de placas e tubos para sinalização horizontal e vertical com fornecimento de material, para o Município de Colombo, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo VII), que integra o edital.

Valor: Valor total: R\$ 666.500,00 (Seiscentos e sessenta e seis mil e quinhentos reais).